

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ISABELA VIEIRA LINS

SAMARA VITÓRIA DA SILVA ALVES FEITOSA

**A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
O ESTÁGIO COMO ESPAÇO DE INVESTIGAÇÃO**

Maceió
2025

ISABELA VIEIRA LINS

SAMARA VITÓRIA DA SILVA ALVES FEITOSA

**A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
O ESTÁGIO COMO ESPAÇO DE INVESTIGAÇÃO**

Monografia apresentada ao Colegiado do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para a obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Georgia Sobreira dos Santos Cêa.

Maceió

2025

**Catalogação na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecário: Cláudio César Temóteo Galvino – CRB4: 1459

L759p	<p>Lins, Isabela Vieira. A permanência de estudantes na educação de jovens e adultos: o estágio como espaço de investigação / Isabela Vieira Lins; Samara Vitória da Silva Alves Feitosa. – 2025. 48 f.</p> <p>Orientadora: Georgia Sobreira dos Santos Cêa. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação. Maceió, 2025.</p> <p>Bibliografia: f. 45-48.</p> <p>1. Educação de jovens e adultos - EJA. 2. Permanência escolar. 3. Gestão democrática. 4. Estágio supervisionado. I. Título.</p>
	CDU: 374.3/.9

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO

ISABELA VIEIRA LINS

SAMARA VITÓRIA DA SILVA ALVES FEITOSA

**A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
O ESTÁGIO COMO ESPAÇO DE INVESTIGAÇÃO**

**Monografia apresentada ao Colegiado do Curso de Pedagogia do Centro
de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para
obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).**

**Orientadora: Prof^a. Dr^a. Georgia Sobreira dos Santos Cêa.
Monografia defendido e aprovado em 25/11/2025.**

Documento assinado digitalmente

 GEORGIA SOBREIRA DOS SANTOS CEA
Data: 27/11/2025 15:10:11-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Georgia Sobreira dos Santos Cêa – Presidente (CEDU)

Documento assinado digitalmente

 EDLENE CAVALCANTI SANTOS
Data: 27/11/2025 15:45:35-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Edlene Cavalcanti Santos – Avaliadora (CEDU)

Documento assinado digitalmente

 JEANE FELIX DA SILVA
Data: 27/11/2025 21:56:21-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Jeane Félix da Silva – Avaliadora (CEDU)

Dedicamos este trabalho, com profundo respeito e admiração, aos estudantes da Educação de Jovens e Adultos, cuja coragem e determinação nos ensinam que nunca é tarde para recomeçar. Suas histórias, repletas de desafios e superações, são testemunhos vivos do poder transformador da educação e da resistência diante das adversidades. Que esta monografia seja, de alguma forma, um reconhecimento da sua jornada e um estímulo para que sigam firmes em seus propósitos.

Dedicamos, igualmente, aos professores que escolhem, dia após dia, a nobre missão de ensinar. Àqueles que, com paciência, compromisso e generosidade, semeiam conhecimento, esperança e oportunidades, tocando vidas e ajudando a transformar o mundo ao seu redor. Que sua vocação continue iluminando caminhos e inspirando novas gerações.

AGRADECIMENTOS

Àqueles que, de alguma forma, contribuíram para a realização desta monografia, expressamos nossa mais profunda gratidão.

Primeiramente, agradecemos a Deus, por nos conceder força, saúde e perseverança para concluir essa etapa tão importante de nossas vidas.

Às nossas famílias, pelo apoio incondicional, paciência e incentivo contínuo, fundamentais para que pudéssemos trilhar este caminho com dedicação e determinação.

Aos nossos professores e orientadores, pela valiosa contribuição acadêmica, pelas reflexões instigantes e pelo compromisso com a construção do conhecimento, que nos inspiraram a aprofundar nosso olhar sobre a Educação de Jovens e Adultos.

Aos colegas de curso, pela troca de experiências, pelo apoio mútuo e pelo compartilhamento de desafios e conquistas ao longo da nossa trajetória acadêmica.

Às equipes gestoras e aos estudantes das escolas onde realizamos nosso estágio, por nos acolherem e permitirem que este trabalho fosse concretizado a partir de suas vivências e relatos. Suas histórias nos ensinaram muito mais do que poderíamos imaginar e reafirmaram a importância da educação como ferramenta de transformação social.

Por fim, agradecemos a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste estudo, seja com palavras de incentivo, apoio técnico ou gestos de encorajamento. A cada um de vocês, nosso sincero agradecimento.

"Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda."

— Paulo Freire

RESUMO

A monografia intitulada “A permanência de estudantes na Educação de Jovens e Adultos: o estágio como espaço de investigação” analisou fatores que influenciam a permanência de estudantes na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e as possibilidades de atuação da gestão escolar nesse processo. O estudo foi desenvolvido a partir de experiências vivenciadas durante o Estágio Supervisionado em Gestão e Coordenação Pedagógica, realizado em uma escola pública estadual de Alagoas, no ano de 2023, junto a estudantes da EJA. A questão orientadora do estudo foi: quais são os principais desafios e fatores motivacionais que influenciam a permanência dos estudantes da EJA em uma escola pública alagoana e como a gestão escolar pode contribuir com esse processo? O objetivo geral consistiu em refletir sobre a permanência na EJA, considerando estudos teóricos sobre o tema e a experiência vivenciada no referido estágio. Os principais referenciais teóricos adotados fundamentaram-se em autores que discutem dimensões sociais, pedagógicas e de gestão democrática que influenciam a trajetória dos sujeitos da EJA. Por meio de abordagem qualitativa, as análises revelaram que a permanência dos alunos está relacionada às condições de vida, experiências escolares anteriores, políticas de acolhimento e práticas de gestão participativa. Entre as principais motivações para a permanência nos estudos destacaram-se: busca por uma vida melhor, desejo de concluir os estudos e obter formação profissional, vontade de aprender e adquirir novos conhecimentos, sonho de servir de exemplo para familiares, expectativa de melhorar condições de trabalho e, por fim, o reconhecimento recebido dos professores. Conclui-se que a gestão escolar pode exercer papel fundamental na consolidação de práticas humanizadas e democráticas que favorecem o pertencimento, o engajamento, o sucesso escolar dos estudantes da EJA e, fundamentalmente, sua permanência na escola para o prosseguimento dos estudos.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; permanência escolar; gestão democrática; estágio supervisionado.

ABSTRACT

The monograph entitled “The retention in youth and adult education: the internship as a space for investigation” analyzes the factors that influence student retention in Youth and Adult Education (EJA) and the possibilities for school management to act in this process. The study was developed from experiences lived during the Supervised Internship in Management and Pedagogical Coordination, carried out in a state public school in Alagoas, in 2023, with EJA students. The guiding question of the study was: what are the main challenges and motivational factors that influence the retention of EJA students in Alagoas and how can school management contribute to this process? The general objective was to reflect on retention in EJA, considering theoretical studies on the subject and the experience lived in the aforementioned internship. The main theoretical frameworks adopted were based on authors who discuss social, pedagogical, and democratic management dimensions that influence the trajectory of EJA (Youth and Adult Education) students. Through a qualitative approach, the analyses revealed that student retention is related to living conditions, previous school experiences, welcoming policies, and participatory management practices. Among the main motivations for remaining in studies are: the search for a better life, the desire to complete studies and obtain professional training, the will to learn and acquire new knowledge, the dream of serving as an example for family members, the expectation of improving working conditions, and finally, the recognition received from teachers. It is concluded that school management can play a fundamental role in consolidating humanized and democratic practices that favor belonging, engagement, and academic success among EJA students and, fundamentally, their retention in school for the consolidation of their studies.

Keywords: Youth and Adult Education; school permanence; democratic management; supervised internship.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 FUNDAMENTOS E PERSPECTIVAS SOBRE A PERMANÊNCIA NA EJA.....	15
2.1. A evolução histórica da educação de jovens e adultos no Brasil	15
2.2 Panorama histórico e bases legais da Educação de Jovens e Adultos em Alagoas.....	20
2.3 Permanência escolar na EJA e seus desafios.....	26
3 MOTIVAÇÕES DE ALUNOS DA EJA PARA A PERMANÊNCIA NA ESCOLA.....	32
3.1 Breve descrição da experiência do estágio supervisionado em Gestão e Coordenação Pedagógica.....	33
3.2 Dificuldades e motivações apresentadas pelos estudantes para a permanência na EJA e possibilidades de atuação da gestão escolar.....	37
3.2.1 Dificuldades enfrentadas por estudantes da EJA e fatores que estimulam a permanência.....	38
3.3 Ações e medidas da gestão e coordenação pedagógica para fortalecer a permanência de estudantes na EJA.....	40
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS.....	46

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui uma política pública essencial para a garantia do direito à educação daqueles que, por diferentes razões, não concluíram a escolarização na idade regular. A EJA é definida como uma modalidade da educação básica pela Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. O artigo 4º, inciso VII, e o artigo 37 da referida lei asseguram o atendimento educacional apropriado àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade própria (Brasil, 1996).

Historicamente, essa modalidade tem sido marcada por desafios estruturais, entre os quais se destaca a evasão escolar, um fenômeno amplamente discutido na literatura acadêmica e nas políticas educacionais (Strelhow, 2010; Pierro; Haddad, 2015).

No entanto, ainda que a evasão seja uma questão central, Freitas e Silva (2020) indicam que há uma lacuna significativa nos estudos sobre os fatores que promovem a permanência dos estudantes na EJA. Freitas e Silva (2020, p. 205) afirmam que “a permanência está relacionada a práticas escolares que reconhecem e valorizam os saberes e trajetórias dos sujeitos da EJA, oferecendo uma proposta pedagógica que dialogue com suas realidades”. Essa perspectiva pode ser relacionada à importância de uma gestão escolar sensível às especificidades dos estudantes jovens e adultos, que muitas vezes enfrentam barreiras sociais, econômicas e emocionais para permanecerem nos estudos.

Nessa mesma direção, Gomes e Silva (2020, p. 407) apontam que “os principais fatores de permanência estão associados ao acolhimento, à flexibilidade curricular e à criação de vínculos entre estudantes, professores e a escola”. A citação evidencia que, além de estruturas físicas ou materiais, as relações humanas e o comprometimento institucional com a inclusão podem fortalecer laços dos alunos com o espaço escolar. Assim, compreender os mecanismos de permanência é essencial para que as políticas públicas deixem de se centrar apenas na evasão como problema e passem a investir em práticas que consolidam a EJA como um espaço de pertencimento, reconhecimento e continuidade.

A experiência vivenciada no Estágio Supervisionado em Gestão e Coordenação Pedagógica, realizado no turno da noite entre junho e outubro de 2023, em uma escola pública estadual de Maceió que oferta a modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), permitiu uma imersão significativa na realidade desse segmento educacional. A instituição, localizada em área urbana periférica de Maceió, atende majoritariamente estudantes trabalhadores, jovens

em distorção idade-série e adultos com trajetórias escolares interrompidas. A partir do contato com gestores e observação da rotina escolar, foi possível constatar que a evasão na EJA é um problema recorrente, frequentemente discutido pelas equipes gestoras, sobretudo em períodos de transição de semestre. Daí o interesse pela temática.

Durante diálogos com a equipe gestora da escola campo de estágio, foram ressaltadas limitações estruturais para dar fim à evasão, como a falta de profissionais suficientes para o atendimento individualizado e a ausência de políticas públicas contínuas voltadas especificamente à permanência dos alunos da EJA. Ainda assim, a escola desenvolvia ações para enfrentar esse desafio, como o acompanhamento sistemático da frequência dos alunos, o contato com os estudantes faltosos por meio de ligações ou mensagens via aplicativos de comunicação, além de estratégias de acolhimento, como rodas de conversa e reforço das relações interpessoais entre docentes e discentes.

A vivência no estágio, portanto, reforçou a compreensão de que a gestão escolar tem papel fundamental na construção de uma EJA mais acolhedora, crítica e comprometida com o direito à educação ao longo da vida. Do mesmo modo, a partir do contato direto com os estudantes da EJA, por meio do projeto de intervenção no estágio, tornou-se evidente que há um grupo significativo de alunos que, apesar dos desafios, permanece na escola. Ao longo do estágio, foram desenvolvidas dinâmicas pedagógicas que possibilitaram a escuta desses estudantes, permitindo o levantamento de reflexões sobre os motivos que os levam a continuar seus estudos e os obstáculos que precisam superar para isso.

Essas interações vivenciadas ao longo do estágio foram fundamentais para despertar a necessidade de investigar não apenas os fatores que contribuem para a evasão escolar, mas, sobretudo, aqueles que impulsionam a permanência dos estudantes na Educação de Jovens e Adultos. A convivência com a equipe gestora, a observação das práticas administrativas e pedagógicas e o acompanhamento das estratégias voltadas ao enfrentamento da evasão evidenciaram que a gestão escolar exerce um papel decisivo nesse processo. Assim, a motivação para este estudo surge da compreensão de que a permanência não é resultado apenas do esforço individual do estudante, mas de um conjunto de práticas e políticas escolares que precisam ser planejadas e executadas de forma intencional e articulada pela gestão escolar.

Diante desse cenário, o presente estudo propõe-se a responder à seguinte questão: quais são os principais desafios e fatores motivacionais que influenciam a permanência dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em uma escola pública alagoana e como a gestão escolar pode contribuir com esse processo? Parte-se da hipótese de que a permanência escolar nessa modalidade está condicionada a um conjunto de fatores internos e externos, como indicam

Souza e Carmo (2022). Entre os fatores internos, destaca-se o papel estratégico da gestão escolar e da equipe docente, a adaptação do currículo às especificidades dos estudantes e a existência de suporte pedagógico adequado. Freitas e Silva (2020) argumentam que práticas de gestão sensíveis à realidade dos sujeitos da EJA são determinantes para a criação de ambientes escolares acolhedores, favorecendo vínculos que contribuem para a continuidade dos estudos.

Para compreender essas dimensões, o estudo teve como objetivo geral refletir sobre a permanência na EJA, considerando estudos teóricos sobre o tema e a experiência vivenciada no Estágio Supervisionado em Gestão e Coordenação Pedagógica em uma escola pública que oferta essa modalidade. A partir dessa experiência, o estudo tratou de motivações dos estudantes para a permanência na escola e do papel da gestão escolar para o desenvolvimento de estratégias que promovam o engajamento dos estudantes da EJA, contribuindo para sua permanência e continuidade na trajetória acadêmica.

A fim de cumprir o objetivo geral proposto, foram definidos os seguintes objetivos específicos: discutir conceitualmente a EJA, destacando aspectos teóricos e legais sobre permanência e papel da gestão escolar nessa modalidade de ensino; mapear dificuldades e motivações de alunos da EJA, por meio da exploração de registros resultantes do projeto de intervenção desenvolvido nas escolas campo de Estágio Supervisionado em Gestão e Coordenação Pedagógica; com base nas evidências desses registros, destacar frentes de ação da gestão escolar que possam contribuir com a permanência de estudantes na EJA.

Metodologicamente, o estudo se insere em um campo investigativo que busca superar uma abordagem meramente deficitária da EJA, concebendo-a não como compensação, mas como direito e possibilidade de aprendizagem ao longo da vida (Paiva, 2009). Ao contrário, por meio de reflexão crítica, busca-se a valorização de experiências e trajetórias de estudantes da EJA, o que é fundamental para se pensar em possibilidades concretas de intervenção da gestão escolar que ampliem oportunidades educacionais desses estudantes. Para a realização do estudo, foram empregadas as seguintes estratégias metodológicas: estudo teórico e da base legal da EJA no Brasil e em Alagoas; análise de registros produzidos durante o Estágio Supervisionado em Gestão e Coordenação Pedagógica, destacando aspectos motivadores da permanência de estudantes na EJA; elaboração de possibilidades de ação da gestão escolar voltada para o estímulo à permanência desses estudantes na referida modalidade de ensino.

A abordagem qualitativa, utilizada no estudo, fundamenta-se no pressuposto de que a realidade social é composta por múltiplos significados, sendo necessário um olhar que vá além da quantificação dos dados. Sobre a identidade da pesquisa qualitativa e sua relevância para a compreensão dos fenômenos educacionais, Ramires e Pessoa (2013, p. 25) afirmam:

A pesquisa qualitativa tem como identidade o reconhecimento da existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, de uma interdependência viva entre sujeito e objeto e de uma postura interpretativa, constituindo-se como um campo de atividade que possui conflitos e tensões internas. A palavra qualidade deriva de *qualitas* e significa essência. Assim, qualidade designa parte essencial, aquilo que é mais importante e determinante. Qualidade sinaliza o horizonte da intensidade, que vai além da extensão. Significa outra dimensão fundamental de fenômenos qualitativos, que é sua busca de profundidade e plenitude.

Ademais, a abordagem qualitativa adotada neste estudo busca não apenas descrever os elementos que compõem a permanência dos estudantes da EJA, mas aprofundar-se na relação entre motivações expressas por esses estudantes para continuarem estudando e o papel da gestão escolar nesse processo. Esse enfoque possibilita uma interpretação mais ampla das interações, desafios e motivações que perpassam tanto as trajetórias escolares dos estudantes como a atuação da gestão escolar.

O presente estudo fundamenta-se em referenciais teóricos que discutem a Educação de Jovens e Adultos (EJA) a partir de dimensões sociais, pedagógicas e de gestão democrática. As reflexões de Arroyo (2007) contribuem para compreender a diversidade de trajetórias e experiências dos sujeitos da EJA, ressaltando a necessidade de uma prática educativa sensível às condições de vida e aos contextos sociais dos estudantes. Freire (1996) oferece subsídios essenciais ao defender uma educação dialógica, emancipadora e centrada na valorização do sujeito. Já os estudos de Freitas, Reis e Torres (2021) abordam os desafios contemporâneos da permanência escolar e as possibilidades de atuação da gestão pedagógica diante das desigualdades estruturais. Complementarmente, Lück (2000) enfatiza a importância da gestão participativa e colaborativa como elemento fundamental para o fortalecimento do vínculo entre escola e comunidade, destacando o papel da liderança educacional na construção de práticas inclusivas e transformadoras. Outros autores são usados ao longo do estudo.

Além dos referenciais teóricos, esta pesquisa apoia-se em documentos legais e normativos que orientam a oferta e a organização da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Entre eles, destacam-se a Constituição Federal de 1988, que assegura o direito à educação como dever do Estado e da família (Brasil, 1988), e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996, que estabelece a EJA como modalidade da educação básica voltada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade apropriada (Brasil, 1996). Também fundamentam este trabalho o Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº 13.005/2014), que propõe metas específicas para a ampliação e a melhoria da EJA (Brasil, 2014), e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Parecer CNE/CEB nº 11/2000), que orientam as práticas pedagógicas dessa modalidade (Brasil, 2000). No contexto estadual, foram considerados o Plano Estadual de Educação – PEE 2015-2025

(Alagoas, 2016), a Resolução nº 050/2017 do Conselho Estadual de Educação de Alagoas (Alagoas, 2017) e a Lei Estadual nº 8.470/2021, que institui o Programa Escola 10 – Vem que Dá Tempo (Alagoas, 2021), reafirmando o compromisso com a garantia do direito à educação e a permanência dos estudantes.

Os registros sobre motivações de estudantes para a permanência na EJA, decorrentes do projeto de intervenção desenvolvido na escola campo de estágio, foram tratados neste estudo como fontes primárias e contextuais (Gil, 2008), visto que permitiram pensar a atuação da gestão a partir de uma realidade específica.

A relevância deste estudo para o tema da gestão escolar é significativa, pois a permanência dos estudantes na Educação de Jovens e Adultos (EJA) pode ser estimulada por práticas de gestão adotadas pelas instituições escolares. Desse modo, o estudo pretende colaborar com a formação de gestores mais conscientes do seu papel na promoção de estratégias que reduzam a evasão escolar. Em síntese, o aprofundamento desse debate enriquece a compreensão sobre como uma gestão comprometida com a equidade pode ser decisiva para garantir o direito à educação ao longo da vida, uma vez que, conforme pontuam Freitas, Reis e Torres (2021), essa modalidade de ensino é historicamente negligenciada no Brasil, tanto em termos de formulação de políticas públicas quanto na produção acadêmica sobre o tema.

Esta monografia está estruturada em quatro seções. A primeira é a introdução e a última as considerações finais.

A segunda seção é dedicada à discussão teórica que fundamenta a pesquisa. Nela, são apresentados os principais conceitos e contribuições de literatura especializada sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA), com ênfase na trajetória histórica dessa modalidade de ensino no Brasil e, particularmente, no estado de Alagoas. Também são abordadas bases legais que regulamentam a EJA, como a LDB e as Diretrizes Curriculares Nacionais, e discutidos os desafios enfrentados pelos estudantes dessa modalidade, com destaque para as questões relacionadas à permanência escolar.

A terceira seção aborda as fontes primárias do estudo, baseadas nos registros do Estágio Supervisionado em Gestão e Coordenação Pedagógica, e apresenta a análise das motivações que levam os estudantes a permanecer na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Nessa parte, os dados coletados são sistematizados e discutidos em articulação com a atuação da gestão escolar, fundamentando-se teoricamente e propondo ações voltadas ao fortalecimento da permanência dos educandos.

Por fim, as considerações finais sintetizam os principais achados do estudo, ressaltando a permanência escolar e suas implicações para a gestão escolar e sugerindo

possíveis caminhos para futuras investigações voltadas à melhoria das condições de permanência e êxito dos estudantes na Educação de Jovens e Adultos.

2 FUNDAMENTOS E PERSPECTIVAS SOBRE A PERMANÊNCIA NA EJA

Esta seção apresenta os fundamentos teóricos que sustentam a pesquisa, analisando os principais aspectos que envolvem a permanência na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Para isso, discute-se a evolução histórica dessa modalidade no Brasil, as bases legais que a regulamentam e os desafios enfrentados pelos estudantes que buscam concluir sua escolarização. Além disso, dialoga-se com autores que discutem a permanência escolar, considerando tanto as políticas educacionais quanto às motivações individuais dos alunos, a fim de compreender os mecanismos que podem fortalecer essa trajetória acadêmica e reduzir a evasão.

2.1. A evolução histórica da educação de jovens e adultos no Brasil;

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil tem sido historicamente marcada por oscilações entre avanços e retrocessos, refletindo tanto as dinâmicas sociopolíticas do país quanto os interesses que norteiam as políticas educacionais. Inicialmente concebida como uma estratégia compensatória para suprir lacunas deixadas pela exclusão escolar, a EJA, por muito tempo, esteve à margem das prioridades governamentais, sendo tratada como uma modalidade emergencial e transitória, conforme Strelhow (2010). Essa concepção limitou o desenvolvimento de políticas públicas estruturantes e contribuiu para a fragmentação dos programas destinados a essa população.

Desde o período colonial, o acesso à educação foi um privilégio das classes dominantes, restringindo-se aos setores economicamente favorecidos da sociedade. Durante o Brasil Império, a escolarização era voltada majoritariamente para a elite, enquanto os segmentos populares eram relegados à marginalização educacional. O cenário começou a se modificar de forma mais significativa no século XX, com a institucionalização das primeiras políticas voltadas à alfabetização de jovens e adultos, ainda que, muitas vezes, essas iniciativas fossem motivadas por interesses políticos e eleitorais, como ocorreu na Era Vargas (Pierro; Haddad, 2015).

Ao longo do século XX, diversas iniciativas foram implementadas para ampliar o acesso à educação de jovens e adultos no Brasil. Nos anos 1950, foram criadas a Campanha Nacional de Educação Rural (1952) e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (1958), promovidas pelo governo federal para reduzir o analfabetismo, especialmente em áreas rurais. Contudo, essas ações eram muitas vezes fragmentadas e descontínuas, sem alcançar mudanças estruturais significativas no sistema educacional brasileiro (Soares, 2011).

A exclusão educacional que marcou o Brasil desde seus primórdios não apenas limitou o acesso da população ao ensino formal, mas também consolidou a ideia de que a educação de jovens e adultos deveria ser tratada como uma ação assistencialista, e não como um direito fundamental. Esse caráter excludente pode ser observado ao longo da história da EJA, conforme apontado por Strelhow (2010, p. 57):

Ao se considerar a história da EJA desde o seu princípio no Brasil, se atesta que desde o período colonial existiu a exclusão de grande parte da população do acesso à educação, que era restrita às classes mais abastadas. Com o passar dos anos, a educação foi se tornando mais ampla, até se tornar um direito de todos os cidadãos, no entanto, durante esse processo, a educação foi sendo marcada por uma onda de preconceito, discriminação e descaso, basicamente uma educação como forma de solidariedade e não como um dever.

Na década de 1960, a alfabetização de adultos ganhou destaque com a experiência de Paulo Freire, que defendia um método dialógico e libertador. Sua abordagem foi interrompida pelo golpe militar de 1964, que extinguiu programas educacionais progressistas e instaurou políticas voltadas para uma formação tecnicista. O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), criado em 1967, buscava reduzir o analfabetismo, mas foi amplamente criticado por priorizar a memorização mecânica das palavras em detrimento da reflexão crítica dos educandos (Arroyo, 2007).

A redemocratização do país na década de 1980 representou um avanço para a EJA, que ganhou reconhecimento legal mais sólido a partir da Constituição Federal de 1988, que, em seu artigo 208, inciso I, assegura o direito à educação básica obrigatória e gratuita a todos, independentemente da idade, ampliando o acesso escolar àqueles que não a concluíram na idade apropriada (Brasil, 1988). Esse marco constitucional foi reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que dedica o artigo 37 especificamente à EJA, estabelecendo-a como modalidade da educação básica, voltada àqueles que não tiveram oportunidade de frequentar ou concluir os estudos na infância e adolescência (Brasil, 1996). Assim, a LDB consolida a EJA não apenas como ação compensatória, mas como direito assegurado, integrando-a ao sistema educacional brasileiro de forma permanente e com a obrigação de garantir qualidade e adequação metodológica ao perfil de seus estudantes. A partir desse marco, políticas de ampliação do acesso à EJA começaram a ser desenvolvidas, buscando consolidar essa modalidade como parte essencial do sistema educacional brasileiro.

Além da Constituição de 1988 e da LDB de 1996, a formulação da política de EJA foi fortalecida por documentos como o Parecer CNE/CEB nº 11/2000, que estabeleceu diretrizes curriculares nacionais para essa modalidade. O Parecer CNE/CEB nº 11/2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), reconhece

não apenas a importância do acesso, mas também a necessidade crucial da permanência e continuidade dos estudantes. O documento ressalta que a EJA deve oferecer uma proposta educativa que valorize os saberes prévios, adote itinerários formativos flexíveis, articule-se com a educação profissional e promova metodologias interdisciplinares, estruturadas de modo a conciliar estudos, trabalho e outras responsabilidades. Esse arranjo pedagógico diferenciado busca garantir que o estudante permaneça e conclua seus estudos dentro de uma trajetória educativa coerente e adaptada à sua realidade. Para a gestão educacional, isso implica organizar recursos, capacitação docente e estrutura curricular de maneira sensível às especificidades dos jovens e adultos, fomentando um ambiente que favoreça não apenas o ingresso, mas também a permanência e o êxito na EJA (Brasil, 2000).

O Plano Nacional de Educação (PNE), em suas diferentes edições, também definiu metas para a redução do analfabetismo e para a melhoria da EJA, promovendo estratégias de ensino que buscam atender às especificidades dessa população (Brasil, 2001; Brasil, 2014). No âmbito do Plano Nacional de Educação (2014-2024), a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é contemplada sobretudo nas metas 8, 9 e 10.

A Meta 8 do Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece que, até o final do período vigente, a escolaridade média da população de 18 a 29 anos deve atingir, no mínimo, 12 anos de estudo. Essa meta busca enfrentar desigualdades educacionais, com foco especial nas populações do campo, nas regiões com menor escolaridade, nos 25% mais pobres da população, além de equalizar o nível médio de escolaridade entre negros e não negros. Atingir esse objetivo exige políticas voltadas para ampliar o acesso à educação básica e à EJA, implementação de programas de correção de fluxo, ações de busca ativa de jovens fora da escola, oferta gratuita de exames de certificação para conclusão dos ensinos fundamental e médio, além de medidas específicas que contemplem as diferentes realidades socioeconômicas (Brasil, 2014).

Já a Meta 9 visa elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o fim da vigência do Plano, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional. No entanto, os relatórios mais recentes indicam que os avanços têm sido insuficientes. Apesar de a taxa de alfabetização geral alcançar cerca de 95%, persistem disparidades significativas entre áreas urbanas e rurais e, especialmente nas regiões mais vulneráveis do país, o analfabetismo funcional ainda é preocupante. Além disso, o fechamento de turmas de EJA e escolas em áreas rurais, aliado à redução de políticas públicas como o Programa Brasil Alfabetizado, compromete seriamente o alcance dessas metas (Brasil, 2014).

A meta 10, por sua vez, estabelece a ampliação da oferta da educação profissional

integrada à EJA, com o objetivo de alcançar 25% das matrículas no ensino fundamental e médio nessa modalidade. Mais amplamente, o PNE define diretrizes voltadas para a superação das desigualdades de acesso e permanência, considerando a necessidade de enfrentar barreiras socioeconômicas locais, fortalecer a formação para o trabalho e promover o exercício da cidadania na educação pública (Brasil, 2014).

As metas educacionais estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE) exigem esforços significativos da gestão escolar para garantir a qualidade da educação básica. É fundamental assegurar financiamento adequado, infraestrutura escolar, formação continuada dos profissionais da educação e mecanismos eficazes de monitoramento e acolhimento dos estudantes. Essas ações são essenciais para acompanhar o aluno desde a matrícula até a conclusão do percurso escolar, prevenindo a evasão e promovendo a permanência e o sucesso escolar (Brasil, 2014).

O Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos (Pacto EJA), instituído pelo Decreto nº 12.048/2024, é uma tentativa de articular ações federais, estaduais e municipais para o financiamento e a expansão da EJA. Reconhecendo a importância dessa medida, Silva e Oliveira (2025, p. 22) afirmam o seguinte:

Ao propor estratégias intersetoriais, financiamento ampliado e programas direcionados, o Pacto aponta para uma perspectiva de maior integração entre as políticas públicas e as demandas da sociedade contemporânea. Entretanto, sua implementação requer atenção especial à diversidade regional e às especificidades dos públicos atendidos. Sem isso, corre-se o risco de perpetuar desigualdades que já caracterizam a EJA em diferentes contextos brasileiros.

Esse breve histórico demonstra que a concepção da Educação de Jovens e Adultos ultrapassa a ideia de uma simples compensação escolar, sendo, na verdade, um direito que garante a ampliação das oportunidades de aprendizado ao longo da vida. Essa perspectiva é reforçada por documentos internacionais, que destacam a necessidade de pensar a educação de adultos de maneira ampla, considerando suas múltiplas dimensões. Nesse sentido, a Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos (Unesco, 1997) apresenta uma definição abrangente do conceito, enfatizando a importância da aprendizagem contínua para o desenvolvimento pessoal e social:

Por educação de adultos entende-se o conjunto de processos de aprendizagem, formais ou não formais, graças aos quais as pessoas cujo entorno social considera adultos desenvolvem suas capacidades, enriquecem seus conhecimentos e melhoram suas competências técnicas ou profissionais ou as reorientam a fim de atender suas próprias necessidades e as da sociedade. A educação de adultos compreende a educação formal e permanente, a educação não formal e toda a gama de oportunidades de educação informal e ocasional existentes em uma sociedade educativa e multicultural, na qual se reconhecem os enfoques teóricos e baseados na prática (Unesco, 1997, p. 7).

Apesar dessa compreensão, do reconhecimento legal da EJA e da formulação de políticas públicas, desafios estruturais persistem, comprometendo sua efetividade. A descontinuidade dos programas educacionais é um dos principais obstáculos, dificultando a implementação de ações de longo prazo. Além disso, a evasão escolar na EJA continua elevada, pois muitos estudantes enfrentam dificuldades para conciliar os estudos com trabalho e responsabilidades familiares. A falta de investimento adequado e a escassez de materiais didáticos específicos também representam entraves à consolidação dessa modalidade de ensino (Pierro; Haddad, 2015).

Silva, Souza e Barbosa (2021) destacam que a consolidação da EJA como modalidade legítima de ensino foi um avanço significativo para a garantia do direito à educação de jovens e adultos no Brasil. O texto ressalta que o Parecer CNE/CEB nº 11/2000 possibilitou um alinhamento mais efetivo da EJA com a LDB, atribuindo a essa modalidade funções de reparação, equalização e qualificação, além de incorporar princípios da educação popular, buscando uma formação cidadã e emancipatória. Esses avanços representaram um marco para as políticas públicas educacionais, ampliando o reconhecimento e a importância da EJA no cenário nacional (Silva; Souza; Barbosa, 2021).

Apesar dos progressos, os referidos autores apontam que a EJA ainda enfrenta inúmeros desafios que dificultam a plena efetivação de seus objetivos. Entre os principais entraves estão a evasão escolar, a precarização das condições de oferta e as tentativas de flexibilização que reduzem a carga horária presencial, o que pode comprometer a qualidade da formação. Também se evidencia a necessidade de maior investimento em políticas de permanência e formação de professores, garantindo que a modalidade atenda às especificidades dos sujeitos que dela dependem. Dessa forma, o artigo reforça que o futuro da EJA exige o fortalecimento de políticas públicas que assegurem a continuidade de suas conquistas e a superação dos obstáculos ainda existentes (Silva; Souza; Barbosa, 2021).

Dessa maneira, compreender essa evolução histórica é essencial para contextualizar a realidade da EJA no Brasil e analisar os fatores que influenciam a permanência de seus estudantes. A partir desse panorama, torna-se possível identificar os desafios ainda presentes e as potencialidades dessa modalidade educacional, permitindo um debate mais aprofundado sobre estratégias que favoreçam sua consolidação como um direito efetivo.

2.2 Panorama histórico e bases legais da Educação de Jovens e Adultos em Alagoas;

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Alagoas possui uma trajetória singular, marcada por desafios estruturais e avanços impulsionados por políticas educacionais voltadas à inclusão de indivíduos historicamente marginalizados do sistema escolar. Desde meados do século XX, o estado tem desenvolvido iniciativas para garantir a alfabetização e a continuidade dos estudos para jovens e adultos que não tiveram acesso à educação na idade regular (Freitas, 2003). Apesar dos esforços, a modalidade ainda enfrenta entraves, como a evasão escolar, a falta de infraestrutura adequada e a necessidade de metodologias pedagógicas que atendam às especificidades desse público (Observatório Alagoano de Leitura em EJA, 2011; Informa Alagoas, 2025). Essas evidências reforçam a necessidade de políticas públicas que integrem aspectos pedagógicos, sociais e estruturais, visando não apenas à escolarização, mas também ao atendimento das diversas demandas dos sujeitos da EJA em Alagoas. Assim, compreender a trajetória da EJA em Alagoas exige uma breve recuperação de normativas e programas desenvolvidos, que refletem tanto os desafios enfrentados quanto os avanços conquistados na garantia do direito à educação, como se verá a seguir.

Dentre as primeiras iniciativas que impactaram a EJA em Alagoas, destaca-se a participação do estado no Movimento de Educação de Base (MEB) na década de 1960, um projeto vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que buscava promover a educação popular aliada à conscientização política e social. O MEB utilizava principalmente a radiofonia educativa como ferramenta de alfabetização, ampliando o acesso ao conhecimento em áreas rurais e comunidades periféricas. Apesar de sua importância, o movimento foi interrompido durante a ditadura militar, que reprimiu práticas educativas voltadas ao empoderamento das camadas populares (MEB, 1961).

A afirmação de que a EJA em Alagoas deve ser planejada e estruturada para atender às necessidades dos estudantes, além da demanda por escolarização básica, encontra respaldo em diversas fontes. O Plano Estadual de Educação de Alagoas (2015-2025) destaca a importância de políticas públicas que considerem as especificidades dos jovens e adultos, incluindo a formação continuada de professores, a articulação com a educação profissional e a implementação de programas de assistência estudantil para garantir o acesso, a permanência e a conclusão com êxito da EJA (Alagoas, 2016). Freitas (2021) evidencia que práticas motivadoras e o apoio psicopedagógico são fundamentais para a permanência dos estudantes

da EJA, especialmente em contextos desafiadores como o sertão alagoano.

A institucionalização da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Alagoas ganhou impulso a partir da década de 1990, com o avanço de pesquisas acadêmicas e ações universitárias que diagnosticaram o quadro local e estruturaram propostas pedagógicas e de formação docente. Em Maceió, registros do período de 1993 a 2003 mostram a transição de um cenário burocrático e sem projeto pedagógico para práticas mais consistentes, articuladas à universidade (Freitas, 2003). Nos anos seguintes, a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) consolidou iniciativas como o Grupo de Pesquisa Multidisciplinar em EJA (MULTIEJA) e o Observatório Alagoano de Leitura em EJA, ambos voltados à produção científica e à formação continuada de professores, além de articulações com o Instituto Federal de Alagoas (IFAL) para o fortalecimento da modalidade no estado (UFAL, 2015).

Além disso, vem sendo decisiva a atuação do Fórum Alagoano de Educação de Jovens e Adultos (FAEJA), uma organização que atua na defesa e promoção da EJA no estado de Alagoas. Sua missão é articular e mobilizar a sociedade civil, gestores públicos e educadores para garantir o direito à educação de qualidade para jovens e adultos que não tiveram acesso ou continuidade dos estudos na idade apropriada. O FAEJA desenvolve ações de sensibilização, formação e acompanhamento das políticas públicas voltadas para a EJA, além de atuar na fiscalização e denúncia de situações que comprometem a efetivação desse direito¹.

Recentemente, o FAEJA desempenhou um papel decisivo ao denunciar a precariedade da EJA em Maceió. Essa denúncia resultou no acompanhamento e fiscalização do Ministério Público de Alagoas (MP/AL) em escolas públicas do referido município que ofertam a EJA. Entre os problemas identificados pelo MP/AL estão: falta de infraestrutura adequada, escassez de materiais pedagógicos, ausência de formação continuada para os professores e precariedade no atendimento às necessidades específicas dos estudantes da EJA². Certamente essas questões têm comprometido a qualidade do ensino e a permanência dos alunos na modalidade.

O movimento acadêmico e institucional e a luta social em defesa da EJA vêm contribuindo para a construção de políticas públicas mais sensíveis às especificidades da EJA em Alagoas, reforçando a importância da gestão escolar e da articulação interinstitucional na garantia do acesso, permanência e êxito dos estudantes. O estado também passou a elaborar políticas públicas voltadas à ampliação da oferta de ensino para essa modalidade. Entre as ações mais significativas, destacam-se o Plano Estadual de Educação (PEE-AL 2015-2025) e a

¹ Informações extraídas de: <https://homol.forumeja.org.br/al/>.

² Informações extraídas de: <https://sistemas.mpal.mp.br/DiarioOficialEletronico/download/diario/5069>.

implementação de programas de ensino que visavam reduzir as altas taxas de analfabetismo e oferecer condições para a continuidade dos estudos (Freitas, 1992).

No que tange à legislação educacional, o Plano Estadual de Educação de Alagoas (PEE-AL 2015-2025) institui mecanismos claros para que a EJA seja planejada e estruturada de forma a atender à demanda por escolarização básica e às necessidades mais amplas dos aprendizes. Na Meta 8, o plano enfatiza a escolarização continuada para jovens e adultos, com acompanhamento pedagógico individual, oferta em múltiplos turnos, Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) e ações específicas em contextos prisionais e de alta vulnerabilidade, visando garantir não apenas o acesso ao ensino, mas sua permanência e conclusão. A Meta 9 do PEE-AL visa elevar a taxa de alfabetização da população alagoana com 15 anos ou mais para 100% até o final da vigência do plano e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional no estado, com foco prioritário nas áreas rurais, assentamentos, acampamentos de Reforma Agrária, comunidades quilombolas e indígenas. Para alcançar esses objetivos, o PEE-AL propõe estratégias como a realização de diagnóstico dos jovens e adultos não escolarizados, a implementação de políticas de alfabetização com continuidade da escolarização básica, a formação inicial e continuada de professores alfabetizadores, a realização de chamadas públicas para educação de jovens e adultos, a avaliação do grau de alfabetização por meio de exames específicos, e a execução de ações de atendimento ao estudante por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, em articulação com a área da saúde. Já a Meta 10 do Plano Estadual de Alagoas (PEE-AL) estabelece a integração da EJA com a educação profissional, adaptada às condições dos sujeitos da modalidade — como comunidades rurais, quilombolas e privadas de liberdade — e associa isso a medidas de infraestrutura, diversificação curricular, formação docente e reconhecimento de saberes prévios, reforçando um desenho de gestão educacional sensível, inclusivo e comprometido com o êxito dos estudantes (Alagoas, 2016).

Adicionalmente, a Resolução nº 050/2017 do Conselho Estadual de Educação de Alagoas estabelece diretrizes para a organização curricular da EJA, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio. Esse documento normativo orienta as instituições de ensino na formulação de propostas pedagógicas alinhadas às necessidades desse público, garantindo que a aprendizagem ocorra de maneira significativa e respeite as especificidades dos estudantes jovens e adultos. A resolução enfatiza a necessidade de metodologias interdisciplinares, flexíveis e contextualizadas, reconhecendo a heterogeneidade dos sujeitos que compõem a EJA no estado (Alagoas, 2017). Ao investigar a realidade da EJA no Agreste Alagoano, Silva (2021) reforça a importância de metodologias interdisciplinares, flexíveis e contextualizadas,

apontando que essas práticas favorecem a permanência e o engajamento, alinhando-se à concepção expressa pelo CEE/AL (2017). Nesse sentido, além da oferta da EJA no formato presencial, ações como o programa Vem que Dá Tempo e o EJA Modular vem sendo desenvolvidas.

A Lei Estadual nº 8.470/2021 instituiu o Programa Escola 10 – Vem que Dá Tempo, uma das principais iniciativas do governo de Alagoas voltadas para a escolarização de jovens e adultos. O programa busca ampliar o acesso à educação básica, garantindo oportunidades para aqueles que não concluíram seus estudos na idade apropriada. A política prevê a implementação de estratégias pedagógicas flexíveis e adaptadas às realidades dos estudantes da EJA, promovendo a equidade educacional e a inclusão social. Criado com o objetivo de elevar a escolarização de jovens e adultos em Alagoas, por meio da aceleração e reinserção educacional desses sujeitos, o programa combina a certificação do ensino fundamental por meio de exame estadual, ingresso na Educação de Jovens e Adultos (EJA) Modular do ensino médio e incentivos financeiros à permanência, incluindo bolsa permanência mensal e bônus por aprovação. Além disso, oferece bolsa-formação para profissionais envolvidos em busca ativa e mediação tecnológica (Alagoas, 2021).

Segundo dados da Secretaria de Estado da Educação de Alagoas (Seduc), mais de 80 mil alagoanos foram beneficiados diretamente com a iniciativa até outubro de 2024. A gerente especial de Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos da Seduc, Dirlene Monte, ressaltou que o programa superou as expectativas, destacando o trabalho de busca ativa realizado pelas equipes das Gerências Especiais de Educação e das escolas, além do apoio dos bolsistas do polo e bolsistas das escolas³.

Pesquisas acadêmicas e registros oficiais indicam que o programa Vem que Dá Tempo enfrenta desafios relacionados ao currículo, avaliação e adequação do tempo de cada módulo, especialmente no que diz respeito à integração interdisciplinar e à adaptação das propostas pedagógicas à realidade dos alunos (Santos, 2022).

Pesquisas e relatórios que analisaram o programa Vem Que Dá Tempo indicam problemas concretos relacionados ao desenho curricular modular, à avaliação e à adequação do tempo dos módulos. Por exemplo, Passos e Silva (2025) examinam o material didático EJA-Modular: Vem Que Dá Tempo, discutindo concepções de letramento e apontando limitações na forma como os roteiros e conteúdos se organizam para responder às trajetórias e ritmos dos

³ Informações disponíveis em: <https://www.consed.org.br/noticia/educacao-governo-comemora-mais-de-80-mil-beneficiados-com-o-programa-vem-que-da-tempo>

estudantes da EJA. Além disso, um relatório de avaliação da educação no estado de Alagoas identifica o Vem Que Dá Tempo entre as iniciativas destinadas a elevar a escolaridade de jovens e adultos, mas ressalta desafios de implementação ligados à necessidade de adaptação das propostas pedagógicas à realidade local e à articulação entre preparação, exames e oferta do ensino modular (Passos; Silva, 2025).

Outra análise acadêmica que trata do currículo e da ação docente no contexto da EJA também menciona o modelo modular e problematiza a articulação entre currículo, prática avaliativa e formação docente — pontos que se mostram relevantes para a crítica à integração interdisciplinar e à adequação do tempo de cada módulo no programa (Brito; Santos Brito, 2023).

O Ensino Médio Modular, outra alternativa de oferta da EJA em Alagoas, permite maior flexibilização para os estudantes que precisam conciliar os estudos com trabalho e outras responsabilidades. O modelo modular possibilita a adaptação do tempo de aprendizagem às necessidades individuais dos alunos, tornando a permanência escolar mais viável para aqueles que enfrentam dificuldades em manter uma rotina fixa de estudos. Essa modalidade tem se mostrado uma alternativa eficaz para reduzir a evasão escolar na EJA e aumentar as taxas de conclusão dos cursos (Alagoas, 2022). A Secretaria de Estado da Educação de Alagoas (Seduc) revela que o programa está sendo implementado em cerca de 170 escolas estaduais, com a possibilidade de conclusão do ensino médio em um ano⁴.

No contexto da EJA Modular, Santos (2020) descreve a organização por áreas de conhecimento – Práticas de Linguagem, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza – e discute tensões entre a proposta prescrita e a prática, como a inserção da Educação Física e as limitações impostas pelo formato acelerado.

Silva e Santos (2023) destacam que a EJA Modular busca atender ao perfil de estudantes trabalhadores, incorporando práticas de multiletramentos e o uso contextualizado de tecnologias para manter o engajamento e reduzir a evasão, como a utilização de recursos digitais como Google Forms, Kahoot e Wordwallm por exemplo. Segundo o autor, a tecnologia pode ser uma aliada no processo de ensino-aprendizagem, contribuindo para a permanência dos alunos na modalidade (Silva; Santos, 2023).

Embora a EJA Modular ofereça flexibilidade e aceleração na escolarização, se mostrando uma estratégia importante para ampliar o acesso à educação e acelerar trajetórias

⁴ Informações extraídas de: <https://www.consed.org.br/noticia/de-29-de-abril-a-2-de-maio-seduc-inicia-matriculas-o-ensino-para-jovens-e-adultos>

escolares, ela também exige acompanhamento constante de frequência, aprendizagem e apoio pedagógico para assegurar a permanência e a conclusão dos estudantes. O estudo de Silva (2022) analisou a implementação do programa e identificou que, apesar dos avanços, há dificuldades na articulação entre as disciplinas e na adaptação do currículo às especificidades dos estudantes da EJA. Ainda, a pesquisa apontou que a falta de tempo adequado para cada módulo e a necessidade de uma abordagem mais integrada entre as áreas do conhecimento são questões que ainda precisam ser enfrentadas para melhorar a qualidade do ensino oferecido (Silva, 2022). Na mesma direção, o estudo de Gomes (2022) sobre o ensino de Sociologia na EJA detalha como a estrutura modular influencia a participação e a avaliação, ao mesmo tempo que requer estratégias específicas para garantir a aprendizagem.

Esses estudos sobre o currículo da EJA em Alagoas (Santos, 2020; Gomes, 2022; Silva, 2022) evidenciam que a organização pedagógica da modalidade, embora orientada por normativas como a Resolução CEE/AL nº 050/2017, é atravessada por adaptações e ressignificações no cotidiano escolar. Em Maceió, a pesquisa de Dantas (2019) analisa os “currículos pensados-praticados” em duas escolas públicas, mostrando que, apesar das diretrizes oficiais, a efetivação curricular depende da mediação docente e do diálogo com os saberes prévios dos estudantes.

Apesar dos avanços nas últimas décadas, como a ampliação de matrícula, a diversificação de modalidades e os programas de permanência, há análises críticas que questionam se essas iniciativas realmente representam uma “evolução” plena da EJA em Alagoas. Santos (2022) discute o Programa Escola 10 e aponta para aspectos como a homogeneização curricular, a imposição de apostilas padronizadas e a centralização das avaliações, com impacto negativo na autonomia pedagógica das escolas e professores, que passam a operar sob lógica performativa voltada a resultados mensuráveis, em vez de práticas educativas contextualizadas. O estudo de Silva (2014), que analisa a EJA em Alagoas entre 2001 e 2011, conclui que os progressos foram tímidos naquela década devido à falta de planejamento estruturado, projetos pedagógicos incoerentes, formação docente insuficiente e carência de recursos didáticos, o que demonstra que os avanços verificados podem ter sido mais quantitativos do que qualitativos.

Ainda assim, segundo o Censo Escolar da Educação Básica 2023, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o número de matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) apresentou uma redução nos últimos anos, afetando tanto o ensino fundamental quanto o médio (Brasil, 2024). O Relatório do 5º Ciclo de Monitoramento do PNE 2014-2024 indica que a escolaridade média da população jovem tem

avançado, mas ainda não atinge plenamente as metas estabelecidas, principalmente nas regiões Norte e Nordeste⁵. No estado de Alagoas, dados da PNAD Contínua/IBGE (2022) mostram que, apesar de uma queda significativa no analfabetismo, ainda há um grupo considerável de pessoas que não sabem ler e escrever⁶.

Diferentes pesquisas recentes têm contribuído para aprofundar a compreensão sobre a EJA em Alagoas, evidenciando seus desafios e potencialidades. Um estudo realizado na Escola Estadual Nossa Senhora da Conceição, em Craíbas, investigou os fatores que influenciam a permanência e o abandono escolar dos estudantes da EJA no ensino médio, apontando a necessidade de políticas mais consistentes de acompanhamento e apoio pedagógico (Silva, 2023). Outro trabalho, desenvolvido em uma turma de EJA em Santana do Ipanema, destacou a relevância de práticas pedagógicas inovadoras, a partir do uso da arte moderna como estratégia para potencializar a aprendizagem e valorizar a diversidade dos sujeitos da modalidade (Santos; Oliveira, 2022). Já uma pesquisa sobre a Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) em Alagoas analisou as políticas públicas estaduais e suas implicações para o trabalho docente, revelando avanços em termos de ampliação da oferta, mas também fragilidades relacionadas à formação de professores e às condições estruturais (Cavalcante, 2017). Esses estudos reforçam a importância de compreender a EJA no estado a partir de diferentes perspectivas, articulando políticas educacionais, inovação pedagógica e estratégias para a permanência dos estudantes, sendo este último o tema que será discutido a seguir.

2.3. Permanência escolar na EJA e seus desafios;

Garantir a permanência dos estudantes na Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um dos maiores desafios das políticas educacionais voltadas a essa modalidade de ensino que, como parte da educação básica, atende um público heterogêneo, composto por indivíduos cujas trajetórias educacionais foram interrompidas por fatores diversos, como condições socioeconômicas adversas, necessidade de ingresso precoce no mercado de trabalho e responsabilidades familiares. Nesse contexto, compreender elementos que favorecem a continuidade dos estudos é essencial para o aprimoramento das estratégias pedagógicas e institucionais voltadas à frequência escolar desses alunos. Pesquisas apontam que a valorização

⁵ Informação extraída de: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatorio_do_quinto_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_plano_nacional_de_educacao.pdf.

⁶ Informação extraída de: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no-nordeste>.

dos saberes prévios, a adoção de metodologias flexíveis e a articulação entre escola, trabalho e vida cotidiana constituem fatores fundamentais para a permanência dos educandos na EJA (Soares; Giovannetti; Gomes, 2005). Além disso, experiências em escolas de Alagoas demonstram que iniciativas estruturadas em diálogo com a realidade dos sujeitos favorecem não apenas o acesso, mas também a conclusão das etapas de ensino (Freitas, 2003).

Apesar da importância da permanência escolar como um direito garantido pela legislação educacional brasileira, nota-se uma significativa lacuna nos estudos acadêmicos sobre esse tema, especialmente em comparação com o volume de pesquisas voltadas para a evasão escolar. Esse descompasso é questionado por Carmo e Carmo (2014, p. 3, grifo dos autores), que destacam:

[...] por que são encontrados tão poucos estudos exclusivos sobre a permanência escolar, se desde a LDBEN n. 9394 de 1996, em seu Art. 3º Inciso I, ela está legitimada institucionalmente pelo “princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”? E na direção contrária, por que tantos trabalhos popularizaram a expressão “acesso e permanência na escola” como se fosse uma palavra composta de significado único, sem dar visibilidade especificamente à permanência? E finalmente, por que a visibilidade dessa expressão não interessou a academia por mais de uma década (após 1996) e a da evasão escolar sim, se esta última não consta em qualquer artigo da LDBEN vigente?

Essa reflexão evidencia a necessidade de um olhar mais aprofundado sobre os fatores que garantem a continuidade dos estudantes na EJA. Enquanto a evasão tem sido amplamente estudada e problematizada nas políticas educacionais, a permanência ainda carece de um espaço mais significativo no debate acadêmico e na formulação de estratégias institucionais, como indicam Carmo e Carmo (2014). A ausência de estudos dedicados a essa temática compromete a elaboração de políticas públicas eficazes, pois a compreensão da permanência não deve se limitar à redução da evasão, mas sim considerar as condições estruturais, pedagógicas e sociais que favorecem a continuidade dos estudos.

De mais a mais, a permanência escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) não pode ser analisada de forma isolada, pois está diretamente relacionada às condições sociais e econômicas dos estudantes. A população atendida por essa modalidade educacional, em grande parte, pertence a grupos historicamente marginalizados, que enfrentam múltiplos desafios para conciliar o estudo com outras demandas da vida cotidiana. Além das dificuldades estruturais da EJA, como a descontinuidade das políticas públicas e a precarização da oferta, os estudantes carregam o peso de um histórico de exclusão educacional que compromete sua trajetória acadêmica. Nesse sentido, é fundamental reconhecer o perfil do público da EJA e os múltiplos fatores que podem dificultar sua permanência na escola, conforme reconhece o Ministério da Educação, há mais de uma década:

A EJA, em síntese, trabalha com sujeitos marginais ao sistema, com atributos sempre acentuados em consequência de alguns fatores adicionais como raça/etnia, cor, gênero, entre outros. Negros, quilombolas, mulheres, indígenas, camponeses, ribeirinhos, pescadores, jovens, idosos, subempregados, desempregados, trabalhadores informais são emblemáticos representantes das múltiplas apartações que a sociedade brasileira, excludente, promove para grande parte da população desfavorecida econômica, social e culturalmente (Brasil, 2007, p. 11).

O trecho em questão evidencia a complexidade do perfil dos estudantes da EJA, demonstrando que sua permanência no ambiente escolar não depende apenas de fatores pedagógicos, mas também de aspectos estruturais e sociais que influenciam sua jornada educacional. A marginalização histórica desses grupos implica dificuldades adicionais que vão desde a ausência de políticas públicas inclusivas até a falta de reconhecimento de suas necessidades específicas dentro das instituições de ensino. Para ajudar a reverter esse cenário, é imprescindível que sejam implementadas ações concretas que garantam suporte pedagógico, assistência estudantil e metodologias que respeitem as particularidades desse público, de modo a favorecer não apenas a permanência, mas a progressão e a conclusão do percurso formativo.

A literatura demonstra que a permanência escolar na EJA é resultado de um conjunto de variáveis interdependentes, que vão desde o suporte institucional até as condições de vida dos educandos. Conforme Silva e Pinheiro (2010), inúmeros condicionantes históricos, políticos, sociais e culturais moldam os processos de exclusão e evasão na EJA, evidenciando que falhas não se restringem à performance individual ou exclusivamente ao trabalho da escola, mas a contextos que extrapolam a sala de aula. Em consonância, Carmo e Carmo (2014) defendem que a evasão escolar não deve ser vista como responsabilidade exclusiva do aluno ou da escola, mas compreendida como um fenômeno coletivo, resultado da estrutura social em geral, das políticas educacionais, das práticas de formação docente e do nível de acolhimento no ambiente escolar. A ausência de uma abordagem que considere essas dimensões complexas pode, assim, perpetuar a descontinuidade educacional, ao invés de combatê-la.

A questão da permanência escolar na EJA não pode ser dissociada do contexto socioeconômico brasileiro. Embora a estrutura socioeconômica do Brasil seja marcada por desigualdades significativas, é preciso reconhecer que as políticas educacionais, assim como o trabalho desenvolvido pela escola, podem desempenhar um papel central na promoção da permanência dos estudantes na EJA. Dentro dos limites impostos por essas condições, a escola tem a capacidade de criar ambientes acolhedores, propor estratégias pedagógicas adaptadas e oferecer incentivos que motivem os alunos a continuar seus estudos. Nesse sentido, as argumentações que se seguem concentrar-se-ão no papel da escola em assegurar o acolhimento e a aprendizagem, proporcionando aos estudantes os recursos e estímulos necessários para

permanecer na escola e avançar em sua trajetória educacional.

Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2022) apontam que a evasão na EJA continua elevada, especialmente entre os estudantes que precisam conciliar os estudos com o trabalho informal. Isso demonstra a necessidade de políticas educacionais mais alinhadas às realidades desses estudantes, com estratégias que viabilizem sua permanência e progressão escolar.

O fortalecimento das políticas públicas voltadas à permanência na EJA é, portanto, um elemento central para a garantia do direito à educação. Programas como o Brasil Alfabetizado e o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade EJA (Proeja) foram concebidos com o objetivo de ampliar as oportunidades educacionais para jovens e adultos, integrando formação acadêmica e qualificação profissional. Iniciativas desse tipo contribuem não apenas para a redução da evasão escolar, mas também para a inserção dos estudantes no mercado de trabalho, elevando suas perspectivas de futuro e fortalecendo sua motivação para continuar os estudos (Carmo; Carmo, 2014).

Entretanto, os desafios persistem. A precarização das condições de oferta da EJA, a descontinuidade de políticas educacionais e a ausência de incentivos específicos para esse público ainda representam obstáculos significativos à permanência escolar. O Censo Escolar de 2022 revelou que a falta de infraestrutura e de material didático adequado impacta diretamente a experiência dos alunos da EJA, tornando o processo de aprendizagem mais desafiador e, muitas vezes, desmotivador (Brasil, 2023). Apesar de a instituição escolar, por si só, não ser capaz de alterar esse quadro, como indicado anteriormente, ela pode, dentro de seus limites, contribuir com a permanência dos estudantes da EJA.

A permanência dos estudantes na Educação de Jovens e Adultos configura-se como um aspecto relevante para a formulação de estratégias pedagógicas e institucionais voltadas à sua consolidação. Freitas e Silva (2020, p. 206) enfatizam que discutir a permanência é “fundamental para o fortalecimento de práticas que respondam às especificidades dos sujeitos da EJA”, apontando que o foco exclusivo na evasão escolar pode invisibilizar experiências e dinâmicas de sucesso que ocorrem no interior das escolas. De modo semelhante, Gomes e Silva (2020, p. 409) destacam que o trato da permanência deve ser compreendido como parte integrante do direito à educação, defendendo que “a construção de políticas públicas mais eficazes passa necessariamente pelo reconhecimento das condições que favorecem a continuidade dos estudos”. Essas contribuições reforçam a necessidade de um olhar ampliado que vá além da lógica da carência e do déficit, valorizando as trajetórias de resistência e

permanência que caracterizam os sujeitos da EJA.

Outro aspecto fundamental para a permanência é a construção de um ambiente escolar inclusivo e acolhedor. Souza e Carmo (2022) reforçam essa análise ao demonstrar que a permanência escolar na EJA depende tanto de fatores internos, como motivação pessoal, autoestima e perspectiva de ascensão social, quanto de fatores externos, tais como a compatibilidade entre o horário das aulas e a jornada de trabalho dos alunos, o acesso a políticas de assistência estudantil e a adequação dos métodos pedagógicos às especificidades desse público. Desconsiderar essas variáveis significa ignorar as reais condições de aprendizagem dos estudantes da EJA, comprometendo a efetividade das ações voltadas à sua permanência no ensino formal.

Além disso, a qualificação dos professores da EJA exerce um impacto significativo sobre a permanência escolar. Estudos como os de Freitas e Silva (2020) indicam que o despreparo dos docentes para lidar com as especificidades desse público dificulta o engajamento dos alunos e, consequentemente, aumenta os índices de abandono. Para minimizar essa problemática, é necessário que os programas de formação docente contemplem metodologias ativas, pedagogias críticas e abordagens interdisciplinares que atendam às necessidades dos jovens e adultos matriculados na EJA. Nesse aspecto, a formação continuada, no próprio ambiente escolar, pode potencializar o acolhimento, o sucesso e a continuidade de estudos do público da EJA.

A concepção de permanência na EJA não deve ser reduzida apenas à presença física do estudante na escola, mas sim à sua efetiva participação, aprendizagem e progressão no percurso educacional. Como destacam Gomes e Silva (2020), a permanência escolar se concretiza quando os alunos encontram um ambiente favorável ao aprendizado, em que se sintam valorizados e motivados a concluir sua trajetória acadêmica. Para isso, é fundamental que as instituições de ensino adotem práticas pedagógicas mais dinâmicas e contextualizadas, promovendo um currículo que dialogue com a realidade desses estudantes e lhes ofereça perspectivas concretas de transformação social.

Diante do exposto, constata-se que a permanência escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) configura-se como um fenômeno complexo, que transcende a mera presença física do estudante no espaço escolar e envolve dimensões sociais, econômicas, pedagógicas e subjetivas interdependentes. A efetivação desse direito requer o fortalecimento de políticas públicas, práticas pedagógicas contextualizadas e ações institucionais que promovam acolhimento, reconhecimento e valorização das trajetórias de vida dos educandos. Assim, compreender as motivações que impulsionam os sujeitos da EJA a permanecer na escola torna-

se essencial para o aprimoramento das estratégias de gestão e de coordenação pedagógica voltadas à redução da evasão e ao fortalecimento do vínculo escolar. Nesse sentido, a seção subsequente apresenta a análise empírica de parte da experiência decorrente do Estágio Supervisionado em Gestão e Coordenação Pedagógica, com ênfase nas motivações dos estudantes da EJA de uma escola pública para a permanência escolar e no papel da equipe gestora na consolidação desse processo.

3 MOTIVAÇÕES DE ALUNOS DA EJA PARA A PERMANÊNCIA NA ESCOLA

Esta seção apresenta a análise de dados empíricos coletados ao longo do Estágio Supervisionado em Gestão e Coordenação Pedagógica, especificamente durante um projeto de intervenção que tratou de motivações dos estudantes para permanecerem na Educação de Jovens e Adultos (EJA), desenvolvido em uma escola da rede pública estadual de Alagoas. A discussão está estruturada a partir da experiência vivenciada no estágio supervisionado, da análise das motivações indicadas pelos alunos e de reflexões sobre o papel da equipe gestora na promoção da permanência escolar.

Os achados são analisados à luz de teorias e estudos que tratam da permanência na EJA, em uma abordagem qualitativa.

As fontes do estudo, tratadas nesta terceira seção, são registros obtidos durante a realização do projeto de intervenção no Estágio Supervisionado em Gestão e Coordenação Pedagógica, decorrentes da observação e do relato dos participantes das atividades propostas. A partir desses registros, apresentados de forma esparsa no relatório final do referido estágio (Santana et al., 2023), são sistematizadas as informações coletadas, destacando especialmente as motivações relatadas pelos estudantes para a permanência na Educação de Jovens e Adultos (EJA). A análise toma como referência o projeto de intervenção desenvolvido em uma escola-campo, aproveitando aspectos diretamente observados e relatados pelos participantes durante as atividades propostas.

Ao longo desta seção, além da breve descrição da experiência do Estágio Supervisionado em Gestão e Coordenação Pedagógica, os resultados da sistematização das motivações apresentadas pelos estudantes são articulados com as possibilidades de atuação da gestão escolar. Para tanto, são utilizados elementos de fundamentação teórica que subsidiam a proposição de ações voltadas para fortalecer o engajamento e a permanência dos alunos, mantendo sempre o foco do estudo na relação entre práticas pedagógicas, intervenção e motivações individuais.

Ressalta-se que a análise considerou de forma cuidadosa os relatos dos estudantes, garantindo que os aspectos destacados no projeto de intervenção fossem aproveitados para compreender o que os incentiva a permanecer na EJA, promovendo reflexões sobre estratégias de gestão e práticas pedagógicas mais efetivas.

3.1 Breve descrição da experiência do Estágio Supervisionado em Gestão e Coordenação Pedagógica;

O Estágio Supervisionado em Gestão e Coordenação Pedagógica constitui uma etapa fundamental na formação do futuro pedagogo, pois possibilita ao estudante compreender, de forma prática e teórica, as dimensões administrativas, pedagógicas e organizacionais da escola pública. Trata-se de um componente curricular ofertado no 6º período do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), com carga horária de 108 horas, distribuídas entre estudos teóricos, observação, diagnóstico institucional e desenvolvimento de um projeto de intervenção (Ufal, 2023).

De acordo com o Plano de Ensino do referido componente curricular, o objetivo geral do estágio é “promover a articulação e reflexão teoria-prática na perspectiva do estágio como pesquisa, tendo como foco a função social e as responsabilidades do gestor e do coordenador pedagógico no cotidiano das organizações educativas, considerando a atual conjuntura educacional” (Ufal, 2023).

A realização do estágio ocorreu em três grandes momentos articulados entre si: fundamentação teórica e base legal; caracterização da escola campo de estágio; e desenvolvimento do projeto de intervenção.

A fundamentação teórica foi construída a partir de autores que discutem o papel do estágio e da gestão escolar, como Pimenta e Lima (2006), Prado (2012) e Lück (2009). Esses referenciais ressaltam que o estágio deve ser concebido como prática reflexiva, em que o futuro pedagogo não apenas observa, mas também problematiza e intervém no espaço escolar. Além disso, ao trabalhar com a temática da permanência na Educação de Jovens e Adultos (EJA), o grupo de estagiários recorreu a estudos que discutem evasão e permanência para a realização do projeto de intervenção, como Freitas, Reis e Torres (2021), autores esses que também auxiliaram a elaboração desta monografia.

No estudo da base legal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996, art. 37) foi central, pois essa define a EJA como modalidade destinada a jovens e adultos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade própria. O documento reconhece a função reparadora, equalizadora e qualificadora da EJA, reforçando a necessidade de práticas pedagógicas específicas que considerem as realidades sociais desses estudantes. Além disso, também compuseram a base legal a Lei Estadual nº 6.628, de 21 de outubro de 2005, que institui eleições diretas para diretor e diretor adjunto em escolas públicas da rede

estadual, garantindo caráter democrático à gestão escolar⁷, e o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola, documento norteador que foi estudado pelos estagiários para compreender a gestão democrática e os objetivos da escola.

A caracterização do campo de estágio, realizada em duas idas à escola, partiu da análise documental do Projeto Político-Pedagógico (PPP), da visita e observação da rotina da escola e de diálogos com a equipe gestora de uma escola estadual, localizada no bairro Santos Dumont, em Maceió/AL. Trata-se de uma instituição pública fundada em 1989, que atende estudantes da periferia e possui um contexto social marcado por desafios relacionados à infraestrutura urbana, como transporte público limitado, saneamento básico precário e condições socioeconômicas desfavoráveis. Esses elementos interferem diretamente no processo de escolarização, sobretudo no público da EJA, que enfrenta dificuldades para conciliar trabalho, família e estudo (Santana *et. al.*, 2023).

Durante a caracterização, ficou evidente que a instituição buscava fortalecer projetos voltados para a redução da evasão escolar e a garantia da permanência. Portanto, a elaboração do projeto de intervenção foi resultado da escuta da gestão escolar e da análise do PPP, que destacavam a evasão na EJA como um dos principais problemas enfrentados pela instituição. Então, a justificativa para a escolha do tema foi justamente a preocupação da escola com a permanência dos alunos, considerando que muitos abandonam os estudos por motivos de trabalho, responsabilidades familiares ou desmotivação com práticas pedagógicas pouco significativas.

A escola justificou a relevância de tratar da permanência escolar com base em três pontos principais: o problema institucional da evasão, registrado no PPP e relatado pela equipe gestora como desafio recorrente, afetando os índices educacionais e a missão da escola; condições socioeconômicas do público, pois grande parte dos estudantes da EJA é composta por trabalhadores, mães e pais de família, com pouco tempo disponível, dificuldades de deslocamento e responsabilidades que competem com a permanência nos estudos; desmotivação e ausência de vínculo pedagógico, pois, segundo a gestão, muitos alunos sentem-se desestimulados em práticas escolares que não dialogam com suas experiências de vida, o que reforça a necessidade de metodologias diferenciadas e de ações que valorizem suas trajetórias (Santana *et al.*, 2023).

Com base nessa problemática, o grupo de estagiários elaborou o projeto de intervenção,

⁷ Disponível em: <https://livrozilla.com/doc/1229330/lei-n%C2%BA-6.628-de-21-10-2005---secretaria-de-estado-da-educ...>

que teve como objetivo central: “Colaborar com a Escola para a compreensão de condições que podem motivar os alunos da EJA para que tenham acesso à educação e permaneçam na escola, construindo um futuro mais promissor”, e como objetivos específicos: “Desenvolver ações que reforcem a autoestima e o pertencimento dos estudantes da EJA; Conscientizar sobre a importância da escolarização por meio de relatos de ex-alunos; Identificar causas da evasão a partir da escuta dos próprios estudantes; Estimular a motivação e o engajamento por meio de dinâmicas participativas” (Santana et al., 2023).

A intervenção foi realizada em três momentos: na primeira semana, ocorreu a apresentação do projeto para a equipe gestora da escola e o acerto de detalhes (horário, espaço físico, agrupamento de turmas, por exemplo); na segunda e na terceira semanas seguintes o projeto de intervenção foi desenvolvido junto aos alunos.

Na segunda semana, foram realizadas dinâmicas com alunos da EJA, coordenadas pelos estagiários divididos em 4 grupos, cada um com 4 integrantes. Todos os alunos da EJA presentes na escola na primeira semana da intervenção foram alocados em 4 salas de aula e em cada sala um grupo de estagiários ficou responsável por coordenar as atividades que foram realizadas. Cada grupo escolheu dinâmicas diferentes, mas com o objetivo comum de compreender os desafios e motivações dos alunos presentes, a fim de incentivá-los a seguir com sua trajetória acadêmica (Santana et al., 2023).

Na terceira e última semana do projeto de intervenção, todos os alunos da EJA presentes na escola foram divididos em dois espaços da instituição (auditório e sala de aula) para conhecimento do resultado das atividades que foram realizadas. Inicialmente, algumas estagiárias que já foram alunas da EJA contaram um pouco sobre como foi a sua experiência, como uma forma de motivar os alunos. Depois, os grupos de estagiários apresentaram para os alunos da EJA e para outros membros da escola os resultados obtidos das ações realizadas com os alunos (Santana et al., 2023).

As dinâmicas realizadas pelo grupo no primeiro dia da intervenção foram planejadas com o objetivo de criar um ambiente acolhedor, favorecendo a escuta ativa, o sentimento de pertencimento e a motivação para a participação nas atividades escolares. Esses momentos de interação foram essenciais para estabelecer vínculos entre os estudantes e a escola, permitindo que se sentissem ouvidos, valorizados e mais engajados no processo de aprendizagem. A relevância dessas estratégias é especialmente significativa no contexto da EJA, em que fatores socioemocionais influenciam diretamente a permanência e o progresso acadêmico dos alunos.

A atividade teve início com uma roda de conversa, na qual as estagiárias se apresentaram de forma acolhedora, criando um ambiente receptivo e descontraído. Em seguida,

os estudantes também foram convidados a se apresentar, fortalecendo vínculos e favorecendo um clima de confiança. Na sequência, foi aplicada a “Dinâmica do Balão dos Sonhos”, onde cada estudante escreveu um sonho em um pedaço de papel e o colocou dentro de um balão inflado, que deveria ser protegido dos demais. Inicialmente, alguns alunos, como que naturalmente, tentaram estourar os balões dos colegas. Ao final, uma das estagiárias explicou a metáfora envolvida, reforçando que não é necessário destruir os sonhos alheios para alcançar os próprios, e sim respeitá-los, cooperando para que todos possam conquistar seus objetivos. Esse foi, em síntese, o propósito da atividade (Santana et al., 2023).

Em seguida, uma das estagiárias compartilhou sua vivência pessoal como ex-aluna da EJA, relacionando suas experiências passadas com o presente e destacando a importância desse processo em sua trajetória de vida. Posteriormente, foi realizada a dinâmica da “Caixa Secreta”, na qual os alunos escreveram, de forma anônima, os desafios que enfrentam para permanecer na escola, bem como os motivos que os impulsionam a continuar. Por fim, a atividade foi encerrada com a execução da música “Tocando em Frente”, de Almir Sater, promovendo um momento de reflexão coletiva e agradecimento (Santana et al., 2023).

A avaliação do grupo indicou que a maioria dos alunos participou ativamente, demonstrando engajamento, interesse e disposição para compartilhar suas vivências. As dinâmicas permitiram a construção de um espaço de escuta e valorização da trajetória dos estudantes, reforçando o vínculo com a escola e incentivando a permanência. Os *feedbacks* recebidos, inclusive por meio de adesivos post-it deixados pelos próprios alunos, revelaram que os principais motivos para continuar estudando estavam ligados ao desejo de superar obstáculos e melhorar de vida.

As atividades realizadas conseguiram envolver os estudantes de forma significativa. O caráter lúdico e participativo das dinâmicas possibilitou não apenas o levantamento de dados sobre evasão e permanência, mas também a valorização das vozes dos alunos, reforçando vínculos afetivos e pedagógicos. A avaliação do projeto de intervenção foi feita a partir da observação da participação dos estudantes, da análise dos registros escritos e das discussões realizadas.

Assim, o projeto contribuiu para fortalecer a autoestima dos estudantes, promover pertencimento e abrir espaço para escuta e diálogo, ao mesmo tempo em que ofereceu subsídios para a gestão escolar refletir sobre novas estratégias de enfrentamento da evasão na EJA. Além disso, permitiu que os estagiários vivenciassem, na prática, o papel do pedagogo na articulação entre gestão democrática, coordenação pedagógica e construção coletiva de soluções para os desafios educacionais.

Cabe destacar que as atividades descritas representam apenas um exemplo dentre as diversas ações desenvolvidas pelos grupos de estagiários durante o projeto de intervenção. Cada grupo planejou e executou propostas distintas, adaptadas à realidade e às necessidades específicas de suas turmas, embora todos tivessem como propósito comum promover o engajamento dos estudantes, fortalecer o vínculo com a escola e contribuir para a permanência e o sucesso dos alunos da EJA.

Após a apresentação e análise das atividades realizadas durante o projeto de intervenção, torna-se pertinente discutir os resultados e reflexões decorrentes dessa experiência, especialmente no que se refere às dificuldades e motivações identificadas entre os estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e às possibilidades de atuação da gestão escolar frente a esses desafios. A seguir, são abordados os principais fatores que interferem na permanência dos alunos na EJA, bem como as estratégias e ações que podem ser desenvolvidas pela gestão e coordenação pedagógica para fortalecer o vínculo dos estudantes com a escola e promover uma educação mais inclusiva, democrática e transformadora.

3.2 Dificuldades e motivações apresentadas pelos estudantes para a permanência na EJA e possibilidades de atuação da gestão escolar;

A partir da análise dos dados obtidos durante o Estágio Supervisionado em Gestão e Coordenação Pedagógica, foi possível identificar que, de modo geral, a permanência dos estudantes na Educação de Jovens e Adultos está intrinsecamente relacionada às suas condições de vida, às experiências escolares anteriores e às estratégias pedagógicas e administrativas adotadas pela instituição. Nesse sentido, esta subseção dedica-se, primeiramente, a discutir os fatores de permanência e as dificuldades enfrentadas pelos estudantes da EJA, buscando compreender os elementos que influenciam suas trajetórias educacionais e o modo como esses sujeitos enfrentam os desafios impostos pelo contexto social e escolar. Em seguida, são indicadas e sugeridas ações e medidas desenvolvidas pela gestão e coordenação pedagógica voltadas ao fortalecimento da permanência, enfatizando práticas de caráter democrático, inclusivo e humanizado, capazes de promover o pertencimento e o sucesso escolar dos estudantes.

3.2.1 Dificuldades enfrentadas por estudantes da EJA e fatores que estimulam a permanência;

A análise das trajetórias dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos revelou um conjunto complexo de fatores que influenciam diretamente sua permanência ou abandono escolar. As observações e registros realizados durante o estágio evidenciam que a decisão de continuar os estudos não depende apenas da vontade de aprender, mas também é permeada por condições pessoais, familiares, sociais e econômicas. Conforme Arroyo (2007), compreender a EJA exige olhar para a diversidade de experiências de vida dos estudantes, reconhecendo que cada indivíduo enfrenta barreiras singulares que impactam sua relação com o ambiente escolar. Nesse contexto, a evasão escolar não deve ser compreendida como resultado de desinteresse ou incapacidade, mas como uma resposta a obstáculos externos que tornam o estudo extenuante ou inviável.

Entre as dificuldades relatadas, destacam-se a falta de apoio familiar, limitações financeiras, sobrecarga de responsabilidades profissionais e domésticas, cansaço físico e mental, dificuldades de aprendizagem, baixa autoestima, deslocamento entre trabalho e escola e ausência de suporte para cuidado infantil. Tais desafios podem ser compreendidos a partir de dimensões estruturais, pessoais e contextuais que impactam a permanência escolar (Arroyo, 2007). A primeira dimensão refere-se às demandas da vida diária, que incluem o acúmulo de tarefas domésticas, o cuidado com filhos e familiares e a necessidade de conciliar múltiplas responsabilidades, gerando cansaço e comprometendo o engajamento escolar. A segunda dimensão envolve o trabalho formal e informal, uma vez que longas jornadas e deslocamentos significativos podem prejudicar a frequência e a participação nas atividades educativas, situação ressaltada por Machado (2019), ao enfatizar que a conciliação entre estudo e trabalho é determinante para a permanência na EJA. A terceira dimensão abrange condições socioeconômicas, como escassez de recursos financeiros, insegurança alimentar e dificuldade de acesso a transporte, evidenciando que a permanência não depende apenas do esforço individual, mas também de políticas públicas e ações articuladas que considerem a realidade econômica dos estudantes. A quarta dimensão contempla aspectos emocionais e pedagógicos, nos quais baixa autoestima, insegurança frente às exigências escolares e dificuldades de

aprendizagem afetam a motivação e a persistência, corroborando a perspectiva de Freire (1996), que defende uma educação voltada para a valorização do sujeito e o reconhecimento de suas potencialidades. Por fim, a quinta dimensão refere-se à falta de apoio familiar e institucional, evidenciada pela ausência de incentivo e acompanhamento próximos, situação que compromete o vínculo do estudante com a escola e reforça a necessidade de redes de suporte (Arroyo, 2007).

Essas dimensões são tratadas, ainda por outros autores. Por exemplo, Fernandes e Oliveira (2020), que discutem a motivação e o sentimento de pertencimento como fatores essenciais para a permanência; Espinhara e Cavalcante (2021), que analisam as dificuldades enfrentadas pelos estudantes da EJA alagoana sob uma perspectiva social e estrutural; e Gomes e Silva (2020), que relacionam os desafios cotidianos — como o trabalho e a sobrecarga doméstica — à evasão e à continuidade dos estudos. Esses autores contribuem diretamente para a compreensão das causas que interferem na permanência dos jovens e adultos na escola, articulando fatores pessoais, socioeconômicos e institucionais à realidade observada durante o estágio supervisionado.

Em contrapartida, as motivações relatadas pelos estudantes nas atividades do projeto de intervenção demonstram o poder transformador da educação em suas vidas, sendo frequentemente associadas a um desejo de superação pessoal e profissional. Entre os principais fatores incentivadores da permanência destacam-se a busca por uma vida melhor, o desejo de concluir os estudos e obter formação profissional, a vontade de aprender e adquirir novos conhecimentos, o sonho de servir de exemplo para familiares, a expectativa de melhorar condições de trabalho e o reconhecimento recebido dos professores. Tais motivações podem ser compreendidas a partir de diferentes dimensões, incluindo o projeto de vida e a ascensão profissional, a busca por autonomia e valorização pessoal, a influência familiar e intergeracional, o impacto de um ambiente escolar acolhedor e motivador, e a percepção da educação como instrumento de transformação social. Freire (1996) enfatiza que o ato de estudar, sobretudo na EJA, é um gesto de coragem, resistência e esperança, constituindo força motriz que permite aos estudantes superar adversidades e reafirmar a importância de políticas e práticas pedagógicas que reconheçam tanto as dificuldades quanto às motivações dos sujeitos.

3.3 Ações e medidas da gestão e coordenação pedagógica para fortalecer a permanência de estudantes na EJA;

Diante das dificuldades e motivações apresentadas pelos estudantes, a gestão e a coordenação pedagógica podem desempenhar papel central na construção de um ambiente escolar capaz de promover a permanência. Libâneo (2015) destaca que a gestão democrática pressupõe diálogo constante entre escola e comunidade, planejamento participativo e ações que reconheçam o estudante como sujeito ativo de direitos e responsabilidades. Nesse sentido, a atuação da gestão deve ir além das questões administrativas, incorporando práticas de acolhimento, escuta e promoção do pertencimento, fortalecendo vínculos e ampliando oportunidades de aprendizagem.

Para atender às demandas cotidianas e às responsabilidades laborais dos estudantes, é fundamental que a escola ofereça flexibilização de horários e do calendário escolar, possibilitando a conciliação entre estudo, trabalho e vida familiar. Parcerias com instituições locais podem garantir transporte e alimentação, enquanto a criação de espaços de acolhimento e cuidado infantil facilita a frequência e a continuidade nos estudos, promovendo segurança e autonomia. Além disso, ações voltadas para condições socioeconômicas, como a articulação com programas sociais e políticas públicas municipais, bem como reconhecimento público e incentivos à permanência, demonstram que a escola se preocupa com a realidade de seus estudantes e valoriza o esforço de quem concilia estudo e trabalho.

No campo pedagógico e emocional, a gestão pode implementar projetos que valorizem a autoestima, a identidade e o protagonismo dos estudantes, promovendo metodologias dialógicas, participativas e inclusivas. O acompanhamento individualizado e a escuta ativa permitem identificar necessidades específicas e oferecer suporte personalizado, fortalecendo a motivação e o vínculo com a escola. Simultaneamente, o envolvimento das famílias e da comunidade, por meio de encontros, oficinas e rodas de conversa, amplia a percepção de importância da educação e consolida redes de apoio que reforçam a permanência dos alunos (Arroyo, 2007).

A construção de um ambiente escolar acolhedor e motivador, que promova eventos culturais e pedagógicos celebrando conquistas, incentive a participação estudantil em decisões escolares e valorize as histórias de vida, é essencial para consolidar uma gestão humanizada e participativa. Essas ações evidenciam que a permanência na EJA não depende apenas do esforço do estudante, mas da criação de condições que reconheçam seu valor, suas potencialidades e o direito à educação. Assim, compreender o estudante pela sua potência, e

não apenas pelas dificuldades que enfrenta, torna-se central para práticas pedagógicas transformadoras, sustentáveis e comprometidas com a educação como instrumento de inclusão social, crescimento pessoal e transformação coletiva.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando a problemática que orientou este estudo, observa-se que, embora as políticas públicas e a literatura sobre Educação de Jovens e Adultos (EJA) enfatizem a importância do acesso, ainda há uma lacuna significativa quanto à compreensão dos fatores que favorecem a continuidade dos estudantes nessa modalidade. A partir da análise teórica e empírica desenvolvida, foi possível verificar que a permanência na EJA não depende de um único elemento isolado, mas de um conjunto de fatores interligados, que envolvem desde a acolhida e o apoio da equipe gestora até as condições socioeconômicas e laborais dos alunos. Assim, responde-se à questão norteadora ao apontar que, considerando o papel da escola, os principais determinantes da permanência estão diretamente relacionados à sensibilidade institucional e à capacidade da escola de promover um ambiente inclusivo, flexível e significativo para o público jovem e adulto.

O estudo confirmou a hipótese inicial de que a permanência está condicionada a múltiplas dimensões pedagógicas, administrativas e afetivas. As práticas de gestão democrática e participativa mostraram-se fundamentais para criar condições que incentivem a frequência e o engajamento. Além disso, a adequação curricular, o reconhecimento das trajetórias de vida dos alunos e a mediação pedagógica voltada para a realidade social foram identificados como elementos essenciais na construção de um percurso escolar que acolhe e motiva. Dessa forma, é possível indicar que a problemática investigada pôde ser respondida, revelando que a permanência na EJA, no que cabe à escola, depende da articulação entre gestão, currículo e vínculos humanos.

Em relação ao objetivo geral, considera-se que ele foi atingido. O trabalho possibilitou refletir de maneira crítica sobre a permanência na EJA, por meio de estudos e da identificação de motivações relatadas por estudantes, o que foi levado em consideração para pensar sobre o papel da gestão escolar na criação de estratégias voltadas à permanência e ao engajamento dos estudantes da EJA, contribuindo para ampliar o entendimento acerca da função social dessa modalidade de ensino. A investigação permitiu reconhecer que o gestor, ao adotar uma postura mediadora e comprometida com o diálogo e a escuta, exerce influência direta sobre o clima escolar e sobre as condições de aprendizagem.

Essa constatação reforça que a gestão não se limita a funções administrativas, mas deve assumir uma dimensão pedagógica e humana. As ações de acompanhamento, motivação e reconhecimento das histórias dos alunos parecem se mostrar determinantes para o

fortalecimento do vínculo com a escola. Assim, o alcance do objetivo geral permitiu o aprofundamento do olhar sobre os desafios e potencialidades da EJA em contextos públicos estaduais de Alagoas.

A segunda seção do trabalho apresentou as principais contribuições teóricas acerca da permanência escolar na EJA. Nela, discutiu-se o percurso histórico dessa modalidade de ensino no Brasil, evidenciando o quanto ela é marcada por desigualdades estruturais e pela necessidade de políticas que garantam o direito à educação ao longo da vida. Além disso, foram destacadas as bases legais que amparam a modalidade, bem como as reflexões de autores que analisam as causas da evasão e os fatores que favorecem a permanência, permitindo compreender as múltiplas dimensões do problema.

Outro ponto relevante dessa seção foi a compreensão da EJA como uma modalidade que deve estar articulada às políticas educacionais em geral e às condições objetivas de acesso e permanência nessa modalidade. Essa abordagem permitiu compreender a EJA como um espaço de reconstrução de identidades e de ressignificação da experiência escolar, mostrando que o êxito dessa modalidade depende da valorização das trajetórias dos sujeitos e do reconhecimento de suas especificidades. Dessa forma, a seção teórica forneceu a base necessária para compreender o contexto empírico apresentado na etapa seguinte.

A terceira seção apresentou os resultados empíricos da pesquisa, desenvolvidos no âmbito do Estágio Supervisionado em Gestão e Coordenação Pedagógica. Em síntese, foram identificados como principais fatores incentivadores da permanência os seguintes: busca por uma vida melhor, desejo de concluir os estudos e obter formação profissional, vontade de aprender e adquirir novos conhecimentos, sonho de servir de exemplo para familiares, expectativa de melhorar condições de trabalho e, por fim, o reconhecimento recebido dos professores.

Dessa forma, foi possível pensar sobre dinâmicas escolares que influenciam diretamente a permanência dos estudantes, bem como as ações gestoras que podem fortalecer o engajamento. As análises revelaram que o sentimento de acolhida, a escuta ativa e o reconhecimento das dificuldades pessoais e profissionais dos alunos são fatores que potencializam o desejo de continuidade nos estudos.

Ademais, a vivência no campo evidenciou que a gestão participativa, associada a práticas pedagógicas contextualizadas, é essencial para criar um ambiente escolar mais justo e motivador. O estágio, enquanto espaço de investigação e intervenção, conforme indicado por Pimenta e Lima (2006), possibilitou compreender como a prática educativa pode ser aprimorada a partir da escuta dos sujeitos e da reflexão coletiva sobre o fazer pedagógico. Assim, a seção

empírica complementou a seção teórica ao traduzir, na realidade da escola pública, os princípios discutidos ao longo do trabalho.

A experiência de construção deste estudo representou também um momento de profunda aprendizagem para a formação docente. A reflexão sobre a EJA, aliada à vivência no estágio, contribuiu para ampliar a compreensão sobre o papel social da escola e sobre a importância de práticas inclusivas. Entre as aprendizagens mais significativas, destacam-se o desenvolvimento da escuta sensível, a valorização do diálogo como ferramenta de gestão e a percepção de que a permanência dos estudantes está intimamente ligada à empatia e à corresponsabilidade entre todos os atores escolares.

Além disso, o estudo fortaleceu a percepção de que o professor e o gestor são agentes fundamentais na transformação das práticas educacionais. Ao vivenciar o cotidiano da EJA, foi possível compreender que a formação docente deve ir além dos conteúdos técnicos, abrangendo dimensões éticas, políticas e humanas. Assim, o trabalho contribuiu para o amadurecimento profissional das autoras e para a consolidação de uma postura investigativa diante dos desafios educacionais.

Entre os limites do estudo, destacam-se as restrições impostas pelo tempo e pela disponibilidade de dados, uma vez que a coleta de informações ocorreu em um período delimitado do estágio supervisionado. A análise empírica foi, portanto, restrita a um grupo específico de alunos e a uma realidade escolar particular, o que não permite generalizações amplas. Ainda assim, os resultados obtidos oferecem indicativos relevantes sobre o fenômeno da permanência na EJA.

Outras dificuldades envolveram o acesso às informações institucionais e o acompanhamento das rotinas dos estudantes, muitos dos quais conciliam trabalho, família e estudo. Essas limitações, contudo, não comprometeram o valor formativo do processo investigativo, mas revelaram os desafios reais de se pesquisar no contexto escolar, exigindo sensibilidade, ética e adaptabilidade por parte das pesquisadoras.

O estágio supervisionado mostrou-se um campo fecundo de investigação, conforme destacam Pimenta e Lima (2006), ao possibilitar a articulação entre teoria e prática e o desenvolvimento de uma postura reflexiva sobre o fazer educativo. Essa experiência favoreceu o exercício da pesquisa como parte da formação docente, estimulando o olhar crítico sobre a realidade e a construção de soluções contextualizadas. O estágio, portanto, consolidou-se como espaço de formação, ação e investigação.

Conforme essas autoras, comprehende-se que o estágio é um momento privilegiado de análise da prática pedagógica e de produção de conhecimento sobre a escola e seus sujeitos

(Pimenta; Lima, 2006). Ele permitiu às pesquisadoras não apenas observar e intervir, mas também compreender os múltiplos sentidos do trabalho educativo na EJA. Dessa forma, o estágio se reafirma como campo formativo que contribui para a constituição de profissionais conscientes do papel social da educação.

Por fim, acredita-se que o principal contributo deste estudo reside na ampliação do debate sobre a permanência dos estudantes na EJA, destacando o papel estratégico da gestão escolar nesse processo. Espera-se que o estudo ofereça subsídios teóricos e práticos para outros estudos que desejem aprofundar o tema, servindo de referência para reflexões sobre políticas e práticas voltadas à valorização dos sujeitos da EJA e à consolidação de uma escola mais inclusiva e democrática.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Conselho Estadual de Educação de Alagoas. **Resolução nº 050/2017**. Estabelece diretrizes para a organização curricular da Educação de Jovens e Adultos em Alagoas. Maceió, 2017. Disponível em: <https://www.cee.al.gov.br>. Acesso em: 05 nov. 2024.

ALAGOAS. Conselho Estadual de Educação. **Resolução nº 050, de 23 de agosto de 2017**. Dispõe sobre as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA, no Sistema Estadual de Ensino de Alagoas. Diário Oficial do Estado de Alagoas, Maceió, 23 ago. 2017.

ALAGOAS. Estado de Alagoas. **Lei nº 7.795, de 22 de janeiro de 2016**. Aprova o Plano Estadual de Educação – PEE, e dá outras providências. Maceió, 22 jan. 2016. Disponível em: https://sapl.al.al.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2016/1182/1182_texto_integral.pdf. Acesso em: 17 out. 2025.

ALAGOAS. **Lei Estadual nº 8.470, de 2021**. Institui o Programa Escola 10 Vem que Dá Tempo no âmbito da Educação de Jovens e Adultos — EJA do Estado de Alagoas e dá outras providências. Maceió, 2021. Disponível em: <https://www.alagoas.gov.br>. Acesso em: 15 ago. 2024.

ALAGOAS. Secretaria de Estado da Educação. **Relatório de Resultados do Ensino Médio Mediado por Tecnologia**. Maceió: SEDUC/AL, 2022.

ARROYO, M. **Educação de Jovens e Adultos**: um campo de direitos e de responsabilidade pública. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação de Jovens e Adultos**: conceitos e políticas públicas. Brasília: MEC/SECAD, 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº 11, de 10 de maio de 2000**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: MEC/CNE, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 ago. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica 2022**: resumo técnico. Brasília: INEP, 2023.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)**. **Censo Escolar da Educação Básica 2023**: notas estatísticas. Brasília: INEP, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 17 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 11/2000. Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br>. Acesso em: 15 out. 2024.

BRITO, Alexandre Francisco; SANTOS BRITO, Lília Aparecida Rocha dos. *Curriculum e práticas pedagógicas na EJA de Ensino Médio: um estudo de caso em uma escola pública noturna de Caculé/BA*. Aracê, v. 7, n. 9, 202 p., 2023.

CARMO, E.; CARMO, E. **A permanência escolar na EJA: desafios e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2014.

CARMO, G. T.; CARMO, L. R. A evasão e a permanência na Educação de Jovens e Adultos: o papel da escola nesses processos. **Olhares**, Guarulhos, v. 10, n. 1, p. 71-87, 2014. Disponível em: <https://pensaraeducacao.com.br/evasao-e-permanencia-na-educacao-de-jovens-e-adultos-o-papel-da-escola-nesses-processos/>. Acesso em: 12 ago. 2025.

CAVALCANTE, V. C. A educação de jovens, adultos e idosos (EJAI) como política pública em Alagoas: perspectivas anunciadas para o trabalho docente. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU), 4., 2017, João Pessoa. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize, 2017.

DANTAS, Maria José. **Curículos pensados-praticados da EJA: um estudo em duas escolas públicas de Maceió**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

ESPINHARA, G. H. F.; CAVALCANTE, M. J. G. Retorno e permanência na Educação de Jovens e Adultos (EJA): motivos e desafios. **Educação e (Trans)formação**, n. 6, p. 79-95, 2021.

FERNANDES, J. R.; OLIVEIRA, S. M. Desafios e perspectivas da permanência escolar na EJA. **Revista Práxis Educacional**, v. 16, n. 3, p. 112–129, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, M. C. A permanência escolar na Educação de Jovens e Adultos: fatores motivacionais e desafios contemporâneos. **Revista Educação em Foco**, v. 26, n. 48, p. 87–105, 2021.

FREITAS, M. H. **História da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Campinas: Papirus, 1992.

FREITAS, M.; REIS, R.; TORRES, A. **Educação de Jovens e Adultos no Brasil: avanços e desafios**. Revista Brasileira de Educação, v. 26, n. 85, p. 1-22, 2021.

FREITAS, M.; SILVA, J. A gestão escolar e a permanência dos estudantes na EJA. **Educação & Sociedade**, v. 41, n. 149, p. 203-220, 2020.

FREITAS, Marinaide Lima de Queiroz. A Educação de Jovens e Adultos em Maceió, Alagoas: a experiência de uma década – 1993 a 2003. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 26., 2003, Poços de Caldas. **Anais** [...]. Poços de Caldas: ANPED, 2003. Disponível em: https://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais15/Sem01/marinaidelima.htm. Acesso em: 10 ago. 2025.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, F.; SILVA, J. Permanência na Educação de Jovens e Adultos: desafios e caminhos. **Revista Educação e Sociedade**, v. 31, n. 113, p. 405-420, 2020.

GOMES, Letícia Fernandes. **O ensino de Sociologia na EJA**: desafios e possibilidades no formato modular em Alagoas. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2022**: dados sobre a Educação de Jovens e Adultos, 2022. Disponível em: <https://www.inep.gov.br>. Acesso em: 10 dez. 2024.

INFORMA ALAGOAS. **Educação de Jovens e Adultos**: um breve relato do contexto histórico. Por Henrique Lopes. Informa Alagoas, 20 mar. 2025. Disponível em: <https://informaalagoas.com.br/2025/03/20/educacao-de-jovens-e-adultos-um-breve-relato-do-contexto-historico/>. Acesso em: 11 ago. 2025.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

LÜCK, H. **Gestão educacional**: desafios e perspectivas. Curitiba: Positivo, 2000.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MACHADO, M. C. Formação docente e práticas pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, p. 1-18, 2019.

MEB – Movimento de Educação de Base. **Educação popular e formação cidadã**. Brasília: CNBB, 1961.

OBSERVATÓRIO ALAGOANO DE LEITURA EM EJA. **Histórico da Educação de Jovens e Adultos**. Observatório Alagoano de Leitura em EJA, 2011. Disponível em: <https://observatorioalagoanodeleituraemeja.blogspot.com/2011/08/historico-da-educacao-de-jovens-e.html>. Acesso em: 11 ago. 2025.

PASSOS, Jaqueline da Silva; SILVA, Riquely Barbosa da. **O livro didático EJA modular: Vem que dá Tempo: (re)pensando as concepções de letramento, sujeito e ensino**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) — Instituto Federal de Alagoas, 2025.

PIERRO, J.; HADDAD, S. **Educação de Jovens e Adultos no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Loyola, 2015.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência: diferentes concepções. **Poiesis Pedagógica**, Goiânia, v. 3, n. 3 e 4, p. 5-24, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/poiesis/article/view/10542>. Acesso em: 8 jul. 2025.

PRADO, Edna. Do diretor ao gestor: um passeio pela história recente da administração educacional no Brasil. In: _____. **Estágio na Licenciatura em Pedagogia – Gestão Educacional**. Petrópolis: Vozes; Maceió: Edufal, 2012, cap. 1, p. 17-36.

RAMIRES, P.; PESSOA, S. **Pesquisa qualitativa em educação: um estudo teórico-metodológico**. Florianópolis: UFSC, 2013.

SANTANA, Amanda; ALVES DE OLIVEIRA, Andressa Camyllé; EUGENIO, Carla Anielly Pereira; SILVA, Claudiane Maria da; AMANCIO, Eduardo; PEREIRA, Elisangela; SILVA, Fernanda Islany da; LINS, Isabela Vieira; SANTANA, Jamile dos Santos; SANTOS, Jully Lizianne Freire; BRITO, Luanna Maria Ferreira de; NASCIMENTO, Mandele Maria da Silva; OLIVEIRA, Maria das Dores de; RAMALHO, Maria Gabriela Silva; SANTOS, Quitéria Nascimento dos; OLIVEIRA, Stefane Vieira de. **Relatório final do Estágio Supervisionado em Gestão e Coordenação Pedagógica realizado na Escola Estadual Onélia Campelo**. Relatório de Estágio — Universidade Federal de Alagoas, Curso de Licenciatura em Pedagogia, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Georgia Sobreira dos Santos Cêa, Maceió, 2023.

SANTOS, André Luiz. **A EJA Modular é uma organização curricular no estado de Alagoas**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.

SANTOS, Karla de Oliveira. **Programa Escola 10: uma análise das políticas educacionais e seus impactos na prática pedagógica da rede estadual de ensino de Alagoas**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022.

SANTOS, L. F.; OLIVEIRA, M. C. Educação de Jovens e Adultos: um relato de experiência sobre a arte moderna no espaço da EJA. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU), 9., 2022, Maceió. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize, 2022.

SILVA, R. F. Práticas pedagógicas e permanência de estudantes na EJA: desafios e possibilidades. **Revista Educação em Debate**, v. 44, n. 2, p. 55–73, 2022.

SILVA, A. C.; PINHEIRO, J. Q. **Educação de Jovens e Adultos: encantamento e permanência na escola**. 2010. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/270555329_Educacao_de_Jovens_e_Adultos_encantamento_e_permanencia_na_escola. Acesso em: 12 ago. 2025.

SILVA, Carla Patrícia. **Metodologias e permanência: a prática docente na EJA do Agreste Alagoano**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.

SILVA, J. C. A trajetória escolar de jovens e adultos na EJA do Ensino Médio da Escola Nossa Senhora da Conceição, Craíbas, Alagoas: um estudo longitudinal sobre os fatores que influenciam a permanência e o abandono escolar dos estudantes. **Revista Científica UAA**, Assunção, v. 12, n. 2, p. 1-19, 2023.

SILVA, J. P.; SANTOS, R. L. Ensino Médio Mediado por Tecnologia: perspectivas e desafios na rede estadual de Alagoas. **Revista de Educação e Tecnologia**, v. 15, n. 2, p. 45-60, 2023.

SILVA, Maria Aparecida. **Educação de Jovens e Adultos em Alagoas: avanços e desafios**

(2001-2011). 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014.

SILVA, L. M.; SOUZA, P. R.; BARBOSA, T. C. Trajetórias e permanência de jovens e adultos na escola: uma análise da EJA. **Revista Teias**, v. 22, n. 64, p. 98–115, 2021.

SOARES, L. **Alfabetização e letramento na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SOARES, Leônicio José Gomes; GIOVANETTI, Maria Amélia Gomes de Castro; GOMES, Nilma Lino (org.). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. (Coleção Temas & Educação, v. 5).

SOUZA, C.; CARMO, A. Motivações e desafios da permanência escolar na Educação de Jovens e Adultos. **Revista Educação e Realidade**, v. 47, n. 3, p. 230-248, 2022.

STRELHOW, C. **A Educação de Jovens e Adultos e seus desafios históricos**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

UFAL. **Grupo de Pesquisa Multidisciplinar em Educação de Jovens e Adultos (MULTIEJA)**. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2015.

UNESCO. **Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos**. 1997. Disponível em: <https://www.unesco.org>. Acesso em: 05 fev. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Curso de Pedagogia. Plano de Ensino do Estágio Supervisionado em Gestão e Coordenação Pedagógica – 2023/1**. Maceió: UFAL, 2023.